

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS CASCA**

DANIELA O. LUVIZA TICZ

**AUDITORIA NOS CONTROLES FINANCEIROS INTERNOS:
Estudo de caso em uma empresa de vestuário de pequeno porte**

CASCA
2021

DANIELA O. LUVIZA TICZ

**AUDITORIA NOS CONTROLES FINANCEIROS INTERNOS:
Estudo de caso em uma empresa de vestuário de pequeno porte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, Campus Casca, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. João Rafael Alberton

CASCA

2021

DANIELA O. LUVIZA TICZ

**AUDITORIA NOS CONTROLES FINANCEIROS INTERNOS:
Estudo de caso em uma empresa de vestuário de pequeno porte**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____ de _____ de _____, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, Campus Casca, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Ms. João Rafael Alberton
UPF - Orientador

Professor Ms. _____
UPF - Examinador

Professor Ms. _____
UPF - Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, meu criador, que, nestes momentos difíceis, sempre esteve ao meu lado, fortalecendo e fazendo persistir até o final.

À minha família, por todo amor e compreensão neste momento, em especial, ao meu marido, Rafael, que sempre me incentivou na busca dos meus sonhos, dando todo suporte emocional para concluir mais essa etapa. A Ella, meu baby dog, que, por muitas vezes, deu-me suporte emocional simplesmente por sua existência e amor.

À minha mãe, meu exemplo de força e de garra, que sempre me apoiou e incentivou na busca do ensino superior. Aos meus irmãos, Silvana, Rafael e Daiani, por serem meus suportes e como eu sempre digo são meus membros e não seria metade do que sou sem vocês!

Aos amigos, que me apoiaram e auxiliaram na execução do mesmo, mas, em especial, à minha amiga, Luiza Trojan, que, desde o início dessa caminhada, esteve ao meu lado, dando todo suporte e amizade verdadeira, da faculdade para a vida inteira.

Ao meu professor orientador, João Rafael Alberton, pela contribuição e pelos conhecimentos que me ofereceu durante esse período.

Enfim, a todos aqueles que me incentivaram e colaboraram de alguma forma para que eu pudesse chegar até aqui, o meu muito obrigada!

“O mais competente não discute, domina a sua ciência e cala-se”.

VOLTAIRE

RESUMO

TICZ, Daniela O. Luviza. **Auditoria nos controles financeiros internos: Estudo de caso em uma empresa de vestuário de pequeno porte.** Casca, 2021. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2021.

O presente trabalho discorre a respeito do tema auditoria, com ênfase nos controles internos, e seu objetivo é analisar se a forma com que a Indústria e o Comércio de vestuário Alfa Ltda realiza a gestão dos controles financeiros internos está de acordo com as normas brasileiras de auditoria, enfocando a necessidade de controles internos adequados a cada empresa. Para situar melhor o tema em questão, incluiu-se um breve histórico, com enfoque na evolução e na situação atual da ação da auditoria nas empresas, desde os primórdios até os dias de hoje, apresentando uma nova forma de auditoria na qual busca-se a prevenção e a correção no lugar da punição. A metodologia aplicada na elaboração deste estudo foi a pesquisa documental, a observação e a entrevista. Além de leis, foram consultados, também, artigos técnicos, revistas e livros de renomados autores, dentre eles William Atite, Antônio Lopes de Sá e Marcelo Cavalcante. Entende-se que, de fato, os controles internos são instrumentos que, além de facilitarem o trabalho do auditor, transmitem confiabilidade aos processos da entidade, contribuindo para o alcance de seus objetivos.

Palavras-Chave: Controle Interno. Auditoria.

ABSTRACT

TICZ, Daniela O. Luviza. **Audit in internal financial controls: case study in a small clothing company.** Casca, 2021. 73 f. Undergraduate thesis (Science Accounting Course). UPF, 2021

The present study descant about the audit theme, with emphasis in internal controls and its objective is to analyze if the way the industry and clothing Business Alfa Ltda performs the internal financials controls management according to Brazilian audit laws, focusing the need of internal financials controls of each company. To better place the subject, it was included a short historic, with emphasis in the evolution and in the current situation of the audit action in the companies, since the beginnings until nowadays, presenting a new audit way, in which is searched prevention and correction replacing punishment. The methodology applied in the study elaboration was the documentary research, the observations and the interview. Besides laws, it was consulted also technic articles, magazines and books from renown authors, among them Willian Atíte, Antônio Lopes de Sá and Marcelo Cavalcante. It is understood, indeed, the internal financial controls are instruments that, besides facilitating the auditor work, transmit reliability to the entity procedures, contributing to the objectives reaching.

Keywords: Internal Control. Audit.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faturamento da Alfa Ltda	56
Gráfico 2- Percentual de inadimplência da empresa Alfa Ltda.....	57
Gráfico 3 - Faturamento da empresa Alfa Ltda	60
Gráfico 4 - Demonstrativo dos valores pagos para fornecedores Alfa Ltda	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
AICPA	Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados
BACEN	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFC CE	Conselho Federal de Contabilidade do Ceará
CPC	Comitê de Pronunciamento Contábeis
CRC RS	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ICMS	Imposto sobre a circulação de mercadorias
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC TA	Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnicas de Auditoria Independente
NBC TI RS	Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnicas de Auditoria Interna Rio Grande do Sul
SENAC RS	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 AUDITORIA	14
2.1.1 Origem da auditoria	16
2.1.2 Objetivo da auditoria	17
2.1.3 Auditoria externa	20
2.1.4 Auditoria interna	21
2.2 CONTROLE INTERNO	23
2.2.1 Definição de controle interno	23
2.2.2 Aplicação dos controles internos	25
2.2.3 Objetivos do controle interno	27
2.2.4 Importância do controle interno	29
2.2.5 Princípios fundamentais dos controles contábeis	30
2.3 CONTAS A RECEBER	34
2.3.1 Aspectos contábeis contas a receber	34
2.3.2 Objetivo da auditoria nas contas a receber	35
2.4 CONTAS A PAGAR	37
2.4.1 Aspectos contábeis contas a pagar	37
2.4.2 Objetivo da auditoria nas contas a pagar	38
3 METODOLOGIA	40
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DE PESQUISA	40
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	42
3.3 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	43
3.4 QUESTÕES NORTEADORAS/ PLANO DE COLETAS DE DADOS	44
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	50
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
4.1 AMBIENTE ORGANIZACIONAL	52
4.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA APLICADA NAS CONTAS A RECEBER	53
4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CONTAS A RECEBER	55
4.4 ANÁLISE SUBJETIVA DAS CONTAS A PAGAR	58
4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CONTAS A PAGAR	59
4.6 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES	61
4.6.1 Contas a receber	62
4.6.2 Contas a pagar	63
4.6.3 Limitações	64
4.6.4 Recomendações para trabalhos futuros	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A– Entrevista de avaliação do controle interno do setor de contas a receber da empresa Alfa Ltda	70
APÊNDICE B – Entrevista de avaliação do controle interno do setor de contas a pagar da empresa Alfa Ltda	72

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, onde permeiam incertezas e mudanças econômicas significativas, não só na forma de viver, mas também na forma em que os processos organizacionais são realizados, torna-se necessária a evolução constante e a implementação de métodos modernos e diferenciados, a fim de atender as mais variadas particularidades. As empresas que, antes, apresentavam métodos de gestão simples em relação ao gerenciamento de procedimentos básicos, agora, deparam-se com a complexidade e a necessidade de oferecer aos clientes produtos e processos que englobem qualidade e modernidade em todos os âmbitos.

A gestão de controle interno é um processo de adequação contínua, ligada à estrutura da organização e sua capacitação é extremamente útil e necessária para promover a qualidade e a continuidade de qualquer empresa no âmbito legal e social, bem como a segurança e a veracidade dos processos internos. O controle interno pode ser definido como um plano organizacional. Por meio de métodos e medidas para proteger os ativos da empresa, podem ser identificadas fraudes, erros, omissões e outras operações anormais que podem causar perdas à empresa. Por outro lado, se o sistema de controles internos estiver devidamente estruturado, pode proporcionar segurança operacional à organização de forma a transmitir a confiabilidade do ambiente aos públicos interno e externo (MATTOS GUTERRES, 2017, p. 43).

O setor financeiro de uma empresa é um dos setores mais importantes dentro da organização, pois é a partir dele que se tem uma visão clara dos rendimentos e dos gastos e é possível, através dessas informações, a tomada de decisões assertivas e rentáveis. Ademais, uma boa gestão e o controle das finanças são essenciais para ampliar o patrimônio e promover a minimização de riscos bem como a continuidade no mercado econômico. Dentro do setor financeiro, há as contas a pagar que são denominadas por todas as obrigações da empresa para com terceiros e podem ser de curto, médio ou longo prazo. As informações precisam ser fidedignas, pois correspondem à saída do montante da empresa.

A boa administração das contas a pagar é muitíssimo importante, levando em conta que interfere diretamente no fluxo financeiro da empresa. Assim, um controle adequado de custos, gastos e tudo que gera obrigação a pagar, com normas internas e procedimentos para as compras, contribui para o bom desempenho e resultado da organização.

O setor de contas a receber integra as atividades da empresa, intermedia o ciclo financeiro e demonstra a entrada de recursos na empresa, provenientes da venda de mercadoria ou da prestação de serviço e essa receita vem da venda e de serviços. Como as contas a receber são intangíveis, são diferentes dos procedimentos de auditoria usados em espécie e auditorias bancárias em vários aspectos. As contas a receber representam compromissos de pagamentos assumidos pelos clientes, portanto têm um aspecto subjetivo, não existente no caixa e nos bancos.

Entre os objetivos que visam auditar as contas a receber, estão a averiguação da propriedade, a existência real e a exatidão de valor, a determinação da rentabilidade da cobrança, a descoberta de quaisquer ônus relacionados com as contas a receber e a determinação da melhor apresentação das demonstrações financeiras. Como a transação que gera as contas a receber é a venda, de modo geral, vários objetivos da auditoria de vendas podem ser alcançados na verificação das contas a receber.

Pode-se afirmar que as contas a receber são responsáveis por um fluxo de caixa satisfatório e um bom controle interno, trazendo segurança à empresa quanto ao recebimento de valores.

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA

Com o avanço da economia globalizada, a competitividade entre as empresas e as mudanças em ritmo acelerado obrigam as organizações a desenvolverem competências necessárias quanto à gestão empresarial no mundo todo. Além disso, várias organizações vêm sendo atingidas por crises e escândalos financeiros que terminam por trazer reflexos nas legislações e na cultura dos controles internos. Em vista disso, pode-se compreender que os controles internos não devem significar somente normas e procedimentos, mas uma cultura que deve ser seguida e respeitada dentro de uma organização.

A responsabilidade de implantação e elaboração do controle interno é da empresa, o qual deve ser planejado de forma que registre a informação e a alteração só se dará por meio de autorização, pelos valores corretos e dentro do período de competência (ALMEIDA, 2019).

Este trabalho foi elaborado com base nos processos de controle interno de contas a pagar e a receber de uma empresa de vestuário, empresa de pequeno porte

que está em constante desenvolvimento e expansão, cujo regime de tributação atual é o simples nacional. O controle de contas a pagar e a receber é realizado na matriz, que está localizada na cidade de Guaporé/RS, no nordeste do Rio Grande do Sul.

A gestão dos controles internos é de suma importância e está, cada vez mais, em destaque, já que a boa aplicação dos controles pode proporcionar maior segurança e uma melhor tomada de decisões, maximizando, assim, os resultados e minimizando os riscos. Na visão de Crepaldi (2019), para a contabilidade de uma empresa, os controles internos compreendem o plano de organização e os métodos utilizados para proteger o patrimônio.

A função da contabilidade como um instrumento de controle é a principal ferramenta de confiança das informações contidas nos relatórios. Já, a ausência de um controle ou a existência de controles ineficazes podem trazer problemas à empresa, como a ocorrência de erros e fraudes, erros em virtude da falta de informação ou instrução de funcionários, falhas causadas por negligência e penalidades impostas pelos órgãos regulamentadores, além de escândalos que podem vir a ser noticiados pela imprensa, redução de investimentos, entre outros problemas que podem acometer a organização devido à falta de controle.

Este sistema de controle interno deve estar sujeito à frequente supervisão, a fim de identificar se a política interna presente está sendo corretamente interpretada, se as mudanças nas operações tornaram os procedimentos complicados ou inadequados e se, quando surgem falhas no sistema, são tomadas todas as medidas eficazes e corretivas, afirma Attie (2018).

Outra questão importante é a falta de disciplina em relação aos controles internos, fator que constitui uma das causas que mais acometem as empresas. Somado a isso, a falta de reconhecimento e de respeito por parte dos funcionários, os controles sem supervisão e a avaliação de um administrador são os principais motivos da ocorrência de fraude.

O controle interno no setor de contas a receber serve para garantir que somente as compras realmente efetivadas e recebidas sejam liberadas para pagamento. Esse controle é dado através das notas fiscais recebidas pelo setor de compras da empresa, que deve assegurar que os serviços prestados à empresa e os bens e as mercadorias que passam a ser de sua propriedade se tornem obrigações a pagar. Diante das colocações apresentadas, surge a seguinte questão: A forma que a

Indústria e o Comércio de vestuário Alfa Ltda realiza a gestão dos controles financeiros internos está de acordo com as normas brasileiras de auditoria?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Para responder à pergunta de pesquisa, definiu-se o seguinte objetivo geral: averiguar se a gestão dos controles financeiros internos está de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Expor o referencial teórico fundamentando o assunto abordado.
- b) Analisar os procedimentos de controles internos de contas a pagar e a receber.
- c) Identificar os procedimentos de auditoria a serem aplicados nos setores de contas a pagar e a receber da empresa.
- d) Identificar os pontos fortes e fracos bem como possíveis irregularidades nos setores de contas a pagar e a receber.
- e) Propor melhorias nos controles internos onde forem identificadas fraquezas ou a falta dos mesmos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUDITORIA

Auditoria é a técnica que consiste em verificar se as demonstrações contábeis estão de acordo com as normas contábeis e a legislação aplicável, gerando confiabilidade aos usuários das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das companhias abertas, obrigatoriamente, devem ser submetidas à auditoria por auditores independentes. O conceito de auditoria externa deu-se em virtude da evolução do desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2019).

Ainda segundo Almeida (2019), com a modernidade e a expansão do mercado financeiro, em decorrência da necessidade de ampliar as instalações e do desenvolvimento tecnológico, buscou-se o aprimoramento das técnicas de controles e de procedimentos internos. Tal ação aconteceu com o intuito de buscar a redução de custos e tornar seus produtos e serviços mais competitivos.

De acordo com a Resolução 820/1997 do Conselho Federal de Contabilidade (1997, p. 3), por sua natureza, a auditoria é “o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão da opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis, consoante os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica”.

Conforme Crepaldi (2019, p. 4), a auditoria das demonstrações contábeis constitui

o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de opinião sobre sua adequação, consoante os Princípios de Contabilidade e pertinente à legislação específica. Consiste em controlar as áreas-chave nas empresas a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, através de testes. É a função de controle exercida pelas empresas, por técnicos especializados, salvaguardando o patrimônio da empresa ou entidade auditada.

Attie (2018), por sua vez, define auditoria como “uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Como consequência da expansão do mercado, as demonstrações contábeis passaram a ter muito mais importância, por serem tanto um instrumento de verificação financeira como também de aplicação de capital. Devido a isso, surgiu a necessidade,

por parte de futuros investidores, de que as demonstrações contábeis fossem examinadas por profissional independente, com competência técnica, fazendo-se, assim, necessário o auditor independente (ALMEIDA, 2019).

Segundo o disposto no item 4 da NBC TA 200, as demonstrações sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança, sendo elas o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Para que seja perfeitamente executada, a auditoria precisa seguir algumas normas.

A auditoria deve ser conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes, que dão condições ao auditor para formar sua opinião. As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança. Como base para a opinião do auditor, as NBCs TA exigem que ele obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro (CREPALDI, 2019, p. 6).

Na auditoria, segundo Almeida (2019), o profissional que entende de contabilidade é o contador, portanto o auditor externo teria de ser um contador. Assim, caberia ao auditor, além da função de fiscalizador, averiguar e detectar eventuais falhas nos sistemas de controle e no plano de organização, analisando a estruturação e a manutenção desses sistemas, minimizando e prevenindo eventuais desvios.

A fim de que a auditoria seja exercida de forma adequada, faz-se necessário que a alta administração reconheça e entenda os benefícios de seu trabalho. Em contrapartida, o auditor deve fornecer informações que possam agregar valor para a tomada de decisões e, assim, garantir resultados satisfatórios para a empresa. Alguns aspectos que o auditor deve levar em consideração, segundo a NBC TA 700 (item 13) são:

- (a) as demonstrações contábeis divulgam apropriadamente as principais políticas contábeis selecionadas e aplicadas. Ao realizar essa avaliação, o auditor deve considerar a relevância das políticas contábeis para a entidade e se elas foram elaboradas de forma compreensível (ver item A4);
- (b) as políticas contábeis selecionadas e aplicadas são consistentes com a estrutura de relatório financeiro aplicável e se são apropriadas;
- (c) as estimativas contábeis feitas pela administração são razoáveis;

(d) as informações apresentadas nas demonstrações contábeis são relevantes, confiáveis, comparáveis e compreensíveis. Ao realizar essa avaliação, o auditor deve considerar se:

- as informações que deveriam ter sido incluídas foram incluídas e se essas informações estão adequadamente classificadas, individualmente ou em conjunto, e caracterizadas;
- a apresentação geral das demonstrações contábeis foi prejudicada pela inclusão de informações que não são relevantes ou que obscurecem o devido entendimento dos assuntos divulgados (ver item A5);

(e) as demonstrações contábeis fornecem divulgações adequadas para permitir que os usuários previstos entendam o efeito de transações e eventos relevantes sobre as informações incluídas nas demonstrações contábeis (ver item A6); e

(f) a terminologia utilizada nas demonstrações contábeis, incluindo o título de cada demonstração contábil, é apropriada (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016, p. 6).

Cabe considerar a auditoria contábil como uma técnica utilizada para apurar a integridade e a veracidade contábil de determinada organização; essa técnica valida as demonstrações contábeis a fim de transparecer a realidade econômica e os registros contábeis da empresa.

O auditor pode aceitar ou continuar o trabalho de auditoria levando em consideração algumas condições.

O objetivo do auditor independente é aceitar ou continuar um trabalho de auditoria somente quando as condições em que esse trabalho deve ser realizado foram estabelecidas por meio de:

- determinação da existência das condições prévias; e
- confirmação de que há um entendimento comum entre o auditor independente e a administração sobre os termos do trabalho (CREPALDI, 2019, p. 5).

2.1.1 Origem da auditoria

Desde os tempos mais remotos, a auditoria faz-se necessária. Inicialmente, a auditoria limitou-se à verificação dos registros contábeis, visando à exatidão e à confiabilidade, mas, com o tempo, sua área foi ampliada e deixou de ser objeto de somente observação. A auditoria passou a ser obrigatória para todas as empresas que disponibilizam suas ações no mercado de capitais, com consequente registro de emissão no Bacen, conforme art. 3º da Lei nº 11.638 (DRS AUDITORES, 2019).

Segundo Attie (2018, p. 3),

como a auditoria das demonstrações contábeis se preza em atestar a representatividade destas, todo trabalho e esforço do auditor estará centrado,

por consequência, nos fatores que influenciam tais demonstrações e que acabam desaguando no setor contábil, que é o responsável pelo seu preparo.

Em inferência disso, as demonstrações contábeis passaram a ter relevada importância para os aplicadores de recursos. A auditoria tem tanta importância nas empresas que os auditores devem sempre seguir e orientar-se por normas técnicas, ou deixa de ser auditoria e passa a pertencer a outra categoria. Afinal, a verificação de documentos parece simples, porém requer grande conhecimento e responsabilidade por parte do profissional que a executa.

De acordo com Almeida (2019), há algumas garantias mínimas ao investir. Como medida de segurança contra a possibilidade de manipulação das informações, os futuros investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de capacidade técnica comprovada.

Nesse sentido, a auditoria pode ser vista como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade” (CREPALDI, 2019, p. 3). Por sua vez, Attie (2011, p. 5) destaca que a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado.

2.1.2 Objetivo da auditoria

O objetivo do auditor externo ou independente é emitir sua opinião sobre as demonstrações financeiras, como balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas (ALMEIDA, 2019, p. 24).

Ainda de acordo com Almeida (2019, p. 24), os objetivos do auditor são:

- a) obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente que precisam ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis estão adequadamente refletidos nessas demonstrações contábeis; e
- b) responder adequadamente aos fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data de seu relatório, que, se fossem do seu

conhecimento naquela data (do relatório), poderiam ter levado o auditor a alterar seu relatório.

O objetivo do auditor compreende, segundo a NBC TA 700, formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base na avaliação das conclusões alcançadas pela evidência de auditoria e expor, claramente, sua opinião por meio de relatório escrito (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016).

Crepaldi (2019, p. 12) afirma que o objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle de patrimônio, como registros contábeis, papéis, documentos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração. A auditoria pode ter também, como objeto, fatos não relacionados documentalmente, mas relatados por quem exerce atividades relacionadas com o patrimônio administrado.

A auditoria atualmente é um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles e fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui indiretamente para melhor aplicação das leis fiscais. A principal vantagem da auditoria externa é sua independência, pois não se envolve com o ambiente de trabalho, evitando embaraços e possíveis constrangimentos. O trabalho de auditoria abrange, além de fatores técnicos, fatores psicológicos: as pessoas, ao saberem que há um controlador, inibem qualquer iniciativa de cometer irregularidades. As principais áreas de atuação do auditor são: saldo das contas do balanço, contabilidade, sistema de informática, folha de pagamento e faturamento da área financeira. É importante calcular o custo-benefício da operação; às vezes, o risco é tão pequeno que não compensa a contratação de auditores e o custo do controle torna-se mais caro. (CREPALDI, 2019, p. 12).

Além disso, conforme Attie (2018), auditoria é uma especialização contábil que consiste em testar a eficácia e a eficiência do controle patrimonial, tendo como objetivo expor uma opinião sobre determinado dado, podendo, inclusive, basear-se em informações que são obtidas fora da empresa.

Ainda na visão de Attie (2011, p. 5),

a auditoria das demonstrações contábeis visa às informações contidas nessas afirmações, assim é evidente que todos os itens, formas e métodos que as influenciam também estarão sendo examinados. O exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladas, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes. A ênfase que se dá a cada situação depende de uma série de decorrências dos diferentes segmentos que compõem a organização.

No posicionamento de Almeida (2019, p. 132), as normas de auditoria, geralmente, exigem que o trabalho de auditoria seja adequadamente planejado. Isso significa estabelecer metas para que o serviço de auditoria seja exercido com qualidade e com menor custo possível. Nesse sentido, os principais objetivos a serem atingidos são os seguintes:

- a) adquirir conhecimento sobre a natureza das operações, e forma de organização da empresa;
- b) planejar maior volume de horas nas auditorias preliminares;
- c) obter maior cooperação dos colaboradores da empresa;
- d) determinar a natureza, amplitude dos testes de auditoria;
- e) identificar previamente problemas relacionados com contabilidade, auditoria. (ALMEIDA, 2019, p. 132)

O objetivo principal da auditoria pode ser descrito, conforme Attie (2018), como sendo o processo pelo qual o auditor certifica-se da veracidade das demonstrações contábeis preparadas pela empresa auditada. Em seu exame, o auditor utiliza os critérios e os procedimentos que lhe traduzem provas, as quais assegurem a efetividade dos valores apostos nas demonstrações contábeis e também se cerca dos procedimentos que permitam assegurar a inexistência de valores ou fatos que não constem nas demonstrações contábeis, que sejam necessários para seu bom entendimento.

A NBC TA 200, em seu item 3, enfatiza que

o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016, p. 27).

Com base nessas considerações, destaca-se que o objetivo principal da auditoria é a revisão de todas as informações utilizadas para o controle do patrimônio, buscando verificar a veracidade das informações ali apresentadas, aumentando, assim, o grau de confiança das demonstrações por parte dos usuários.

2.1.3 Auditoria externa

Segundo a NBC T 11, a auditoria externa compreende “o conjunto de procedimentos técnicos que têm por objetivo a emissão de uma opinião sobre sua adequação, consoante os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, à legislação específica”. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1993, s/p).

O objetivo da auditoria externa é o processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam, adequadamente, todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira da empresa. Assim, o principal objetivo é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis de uma entidade, quanto à sua adequação, consoante os princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade (CREPALDI, 2019, p. 36).

O objetivo da auditoria compreende, segundo o Conselho Federal de Contabilidade do Ceará (2021, s/p):

Averiguar a exatidão dos registros contábeis e das demonstrações contábeis no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação desse patrimônio. O objeto da auditoria se resume no conjunto dos elementos de controle do patrimônio, quais sejam os registros contábeis, documentos que comprovem esses registros e os atos administrativos. Fatos não registrados documentalmente também são objeto da auditoria uma vez que tais fatos podem ser relatados por indivíduos que executam atividades relacionadas ao patrimônio auditado.

A auditoria externa é executada por profissional independente, sem ligação com o quadro de colaboradores da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços e os testes e as indagações são utilizados sempre que houver necessidade de levantar dados que possibilitem a conclusão do trabalho (CREPALDI, 2019).

A NBC TA 610 apresenta uma série de afirmações referentes à representatividade da auditoria interna em uma empresa e destaca que a utilização do trabalho da auditoria interna pode afetar a natureza e a época ou reduzir a extensão dos procedimentos de auditoria a serem executados pelo próprio auditor independente (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2014).

O auditor externo, pela importância do seu trabalho perante a sociedade e dada a credibilidade que oferece ao mercado, constitui-se numa figura ímpar que presta

inestimáveis serviços ao acionista, bem como aos órgãos do governo e ao público em geral. Sua função visa à credibilidade das demonstrações contábeis, examinadas dentro de parâmetros de normas de auditoria e princípios contábeis (CREPALDI, 2019, p. 36).

Segundo a NBC TA 610,

os objetivos do auditor independente, onde a entidade tenha a função de auditoria interna e ele espera utilizar o trabalho dessa função para modificar a natureza, a época ou para reduzir a extensão dos procedimentos de auditoria a serem diretamente executados pelo próprio auditor independente, inclusive quando ele pretende obter assistência direta dos auditores internos são:

- (a) determinar se o trabalho da auditoria interna ou se a assistência direta dos auditores internos pode ser utilizado e, em caso positivo, em quais áreas e em que extensão;
- (b) se utilizar o trabalho da auditoria interna, o auditor independente deve determinar que esse trabalho é adequado para os fins da sua auditoria; e
- (c) se utilizar os auditores internos para prestar assistência direta, o auditor independente deve dirigir, supervisionar e revisar o trabalho executado pelos auditores internos de forma apropriada. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2014, s/p).

Cabe ao auditor externo preocupar-se “com erros que, individual ou cumulativamente, possam levar os leitores das demonstrações contábeis a terem uma interpretação errônea sobre elas”. (ALMEIDA, 2019, p. 6).

Portanto, a auditoria externa acaba se provando um instrumento essencial para transmitir segurança e confiabilidade quanto às informações divulgadas pela companhia. Ou seja, será apenas através da auditoria externa que os acionistas e os potenciais investidores terão certeza de que a empresa é transparente e suas informações reais.

2.1.4 Auditoria interna

A partir da expansão dos negócios, as organizações possuem, cada vez mais, a necessidade de enfatizar e concretizar as normas e os procedimentos internos, com a finalidade de supervisionar todas as suas atividades. Tem-se destacado que de nada adianta a implantação dos procedimentos internos sem que haja um acompanhamento das atividades que os funcionários estão desenvolvendo na empresa (ALMEIDA, 2019).

Segundo a NBC TI 01, a auditoria interna compreende os exames, as análises, os levantamentos e as comprovações metodologicamente estruturadas para a

avaliação da integridade, da adequação, da eficácia, da eficiência e da economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2003).

Ainda conforme a NBC TI 01, o planejamento da auditoria interna deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;
- b) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;
- c) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
- d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;
- e) o uso do trabalho de especialistas;
- f) os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;
- g) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- h) as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e
- i) o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2003, s/p).

Nesse sentido, conforme Crepaldi (2019, p. 29):

observa-se que a auditoria interna presta ajuda à administração, com vistas à possibilidade de eliminar inconvenientes ao desempenho da gestão. Por ser empregado da empresa, o auditor interno perde sua independência profissional. Pode ser muito zeloso e cumprir a ética, mas é evidente sua demasiada submissão aos administradores. Servindo à empresa, a auditoria interna não se presta para informações. Deverá comprovar a participação em programas de educação continuada.

Segundo Almeida (2019), o auditor interno é colaborador da empresa e não deve estar subordinado ao objeto que examina, ou seja,

o auditor interno é um empregado da empresa e, dentro de uma organização, ele não deve estar subordinado àquele cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que possa vir um dia a examinar (como por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência. (ALMEIDA, 2019, p. 5).

Tendo em vista as considerações elencadas, observa-se que a auditoria interna é uma ramificação da auditoria externa, que tem como objetivo a execução de uma auditoria mais periódica, visando atender à necessidade da administração da empresa de acompanhar o andamento dos procedimentos internos, bem como se estão sendo seguidos por seus colaboradores.

2.2 CONTROLE INTERNO

Em países onde a educação é voltada para ambientes de alto poder econômico e de investimentos efetivos, o sentido de controle encontra-se presente (ATTIE, 2018, p. 239). Como exemplo de áreas onde existem problemas de controle interno, pode-se citar as vendas, a fabricação, as compras, a tesouraria, entre outras. Quando exercido adequadamente, o controle interno tem por objetivo atingir resultados mais favoráveis e com menos desperdícios (CREPALDI, 2019, p. 260).

Complementando, o controle interno é fundamental para o funcionamento de uma empresa e não é um procedimento que pode ser usado esporadicamente. Ademais,

não podemos definir somente como um procedimento ou uma política a qual executamos de tempos em tempos, mas deve funcionar continuamente em todos os níveis dentro de uma organização e sempre que possível ser revisada e atualizada, e este processo é de suma importância, e deverá ser executado pela área de Compliance e de Auditoria Interna (ASSI, 2019, p. 34).

Desse modo, há uma complementação entre a auditoria e o processo de controle interno e são de suma importância para uma análise minuciosa das atividades desenvolvidas pelos colaboradores da empresa.

2.2.1 Definição de controle interno

Controle interno pode ser definido como um processo executado pelos gestores do negócio e por todos os níveis hierárquicos. O mais importante nesse ponto é que a alta administração necessita incorporar a cultura de controle, para que todo o processo seja mais efetivo e funcional e, caso alguma norma seja negligenciada pela

alta administração ou pelos gestores, a empresa corre sérios riscos de sofrer perdas (ASSI, 2019, p. 34).

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 315, item 4,

controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspectos de um ou mais dos componentes do controle interno (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2021, s/p).

De acordo com Crepaldi (2019, p. 260), o controle interno pode ser definido como

todas as políticas adotadas pelas empresas com o intuito de mitigar riscos e melhorar processos. É o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, conforme a NBC TA 315.

Attie (2011, p. 188) destaca que o AICPA afirma que:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

O autor ainda expõe que o controle interno é um sistema que se projeta além das questões relacionadas às finanças e à contabilidade, devendo estar presente em todos os setores das organizações (ATTIE, 2011).

Nesse sentido, Crepaldi (2019, p. 260) afirma que existe diferença entre controle interno e auditoria:

É preciso que se distinga que o termo controle interno não tem o mesmo significado de auditoria interna. A auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere aos procedimentos e à organização adotados como planos permanentes da empresa.

Attie (2018, p. 239) afirma que a partir da “análise da definição de controle interno podemos observar a existência de vários fatores que necessitam ser clara e objetivamente expostos”. São eles:

- a) Plano de organização é o modo pelo qual se organiza um sistema.
- b) Métodos e medidas estabelecem os caminhos e os meios de comparação e julgamento para se chegar a determinado fim.
- c) Proteção do patrimônio compreende a forma pela qual são salvaguardados e defendidos os bens e direitos da empresa.
- d) Exatidão e fidedignidade dos dados contábeis correspondem à adequada precisão e observância aos elementos dispostos na contabilidade.
- e) Eficiência operacional compreende a ação ou força a ser posta em prática nas transações realizadas pela empresa.
- f) Políticas administrativas compreendem o sistema de regras relativas à direção dos negócios e à prática dos princípios, normas e funções para obtenção de determinado resultado.

Os fatores descritos são indispensáveis para um controle interno adequado e, se houver alguma falha envolvendo algum desses elementos, o funcionamento eficaz de todo sistema pode ser prejudicado.

2.2.2 Aplicação dos controles internos

Segundo Crepaldi (2019, p. 263), os controles internos podem ser classificados nas seguintes categorias:

- a) operacional – relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade;
- b) contábil – relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis;
- c) normativo – relacionado à observância da regulamentação pertinente.

Os controles administrativos compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos ligados com a eficiência das operações e com a política da empresa. Alguns exemplos são as análises estatísticas de lucratividade por linha de produto, o controle de qualidade, o treinamento de pessoal, o estudo de tempo e movimento, a análise das variações entre os valores orçados e ocorridos, o controle de compromissos assumidos economicamente, entre outros (CREPALDI, 2019).

O auditor independente deve levantar o sistema de controle interno, verificar se o sistema levantado está sendo seguido na prática e avaliar a possibilidade de o

sistema revelar erros e irregularidades além de determinar o tipo, a data e o volume dos procedimentos de auditoria (ALMEIDA, 2019).

Para entender melhor a aplicação do controle interno, Attie (2018, p. 239) conclui que “pela análise da definição do controle interno, podemos observar a existência de vários fatores que necessitam ser clara e objetivamente expostos”. Dentre esses fatores, o autor destaca que:

- a) plano de organização é o modo pelo qual se organiza um sistema. A estrutura organizacional necessita corresponder a uma divisão, adequada e balanceada, de trabalho, de forma que sejam estabelecidas as relações de autoridade e responsabilidade entre os vários níveis, pelas parcelas de trabalho exigidas para a consecução dos objetivos da empresa, e de maneira que sejam definidas, claramente, as responsabilidades e autoridades dos diversos níveis;
- b) métodos e medidas estabelecem os caminhos e os meios de comparação e julgamento para se chegar a determinado fim, mesmo que não tenham sido preestabelecidos formalmente. A empresa, como um todo, pode ser caracterizada como a conjunção de vários subsistemas. Cada um dos subsistemas, por sua vez, compõe-se de uma cadeia de procedimentos destinados a gerar e registrar informações finais. O planejamento de um sistema, além de resultar num sistema eficiente, prático, econômico e útil, deve levar em conta a definição de procedimentos especificamente destinados para promover o controle sobre as operações e as atividades preferencialmente formalizadas através de manuais;
- c) proteção do patrimônio compreende a forma pela qual são salvaguardados e defendidos os bens e direitos da empresa. A definição e o estabelecimento de independência das funções de execução operacional (custódia, controle e contabilização dos bens patrimoniais, conjugada a um sistema de autorizações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos) possibilitam eficiente e salutar meio de salvaguardar os interesses da empresa;
- d) exatidão e fidedignidade dos dados contábeis correspondem à adequada precisão e observância aos elementos dispostos na contabilidade. A classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, seguida da existência de um plano de contas que facilite o seu registro, preparação e contabilização em tempo hábil, a utilização de um manual descritivo do uso das contas conjugado à definição de procedimentos que possibilitem a análise, a conciliação e a solução tempestiva de quaisquer divergências são elementos significativos para a expressão da fiel escrituração contábil;
- e) eficiência operacional compreende a ação ou força a ser posta em prática nas transações realizadas pela empresa. A definição de adequado plano de organização aliada aos métodos e procedimentos bem definidos, assim como a observação de normas salutar no cumprimento dos deveres e funções com a existência de pessoal qualificado, treinado para desenvolver suas atividades e adequadamente supervisionado por seus responsáveis, tendem a implementar a desejada eficiência nas operações;
- f) políticas administrativas compreendem o sistema de regras relativas à direção dos negócios e à prática dos princípios, normas e funções para a obtenção de determinado resultado. As políticas representam as guias de raciocínio, planejadas para a tomada de decisões em níveis inferiores e aplicáveis às situações repetitivas, de forma a canalizar as decisões para o objetivo, que afetam tanto o comportamento da organização (política estratégica) quanto as regras de trabalho (políticas operacionais). (ATTIE, 2018, p. 239).

Pela descrição dos fatores anteriormente dispostos, compreende-se que todos os itens se interligam de forma acentuada. Esses elementos, pela importância intrínseca de cada um, são essenciais para um controle interno adequado (ATTIE, 2018, p. 240).

A partir dessas considerações, pode-se dizer que o controle interno é uma das ferramentas que mais deve ser utilizada pelos gestores para o desenvolvimento de seus negócios. Ele é de grande importância para as empresas, para que possam gerir suas atividades com uma margem menor de erro e problemas futuros.

Dessa forma, pode-se destacar que o controle interno compreende todos os meios planejados em uma empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Os meios de controle incluem, mas não se limitam à forma de organizações, políticas, sistemas, procedimentos, plano de contas, estimativas, orçamentos, treinamento, entre outros (ATTIE, 2018, p. 241).

2.2.3 Objetivos do controle interno

De acordo com Attie (2018), o controle interno possui quatro objetivos básicos: salvaguardar os interesses da empresa, precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais, estímulo à eficiência operacional e aderência às políticas existentes.

O principal objetivo do auditor externo ou independente é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas, devendo somente avaliar os controles relacionados com estas demonstrações, que são os controles contábeis (CREPALDI, 2019, p. 270).

Conforme Assi (2019, p. 35), a preparação de relatórios é muito importante

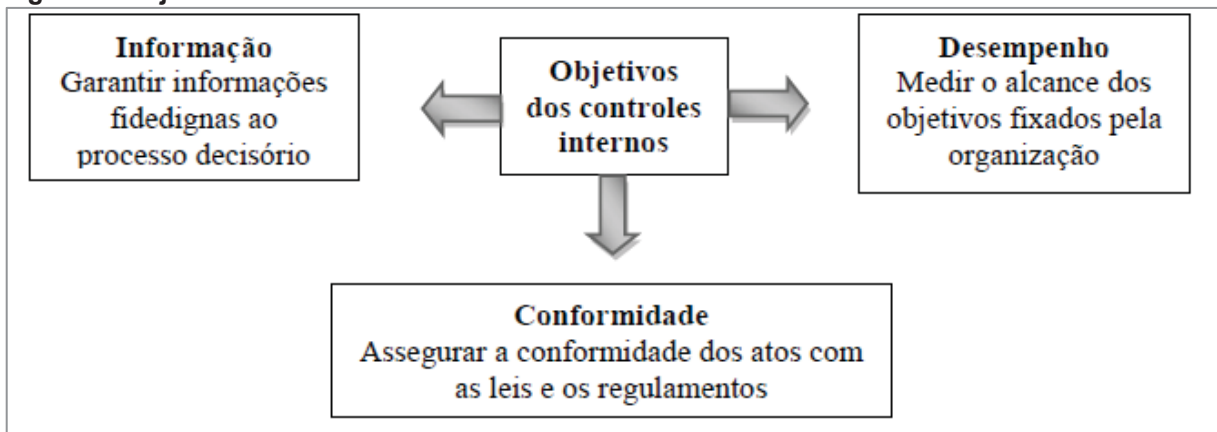
para a tomada de decisões, que necessitam ser confiáveis, precisos e tempestivos. Podemos incluir nesse grupo de relatórios, os demonstrativos contábeis, demonstrativos financeiros, gestão de estoque, gestão de terceiros, controles operacionais, entre outros, sempre considerando a necessidade da organização.

Segundo a NBC TA 265, item 6, a deficiência de controle interno existe quando “o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue

prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009, p. 164).

Corbari e Macedo (2011) descrevem, em seu livro, os três principais objetivos dos controles internos, os quais estão demonstrados na Figura 1.

Figura 1- Objetivos dos controles internos

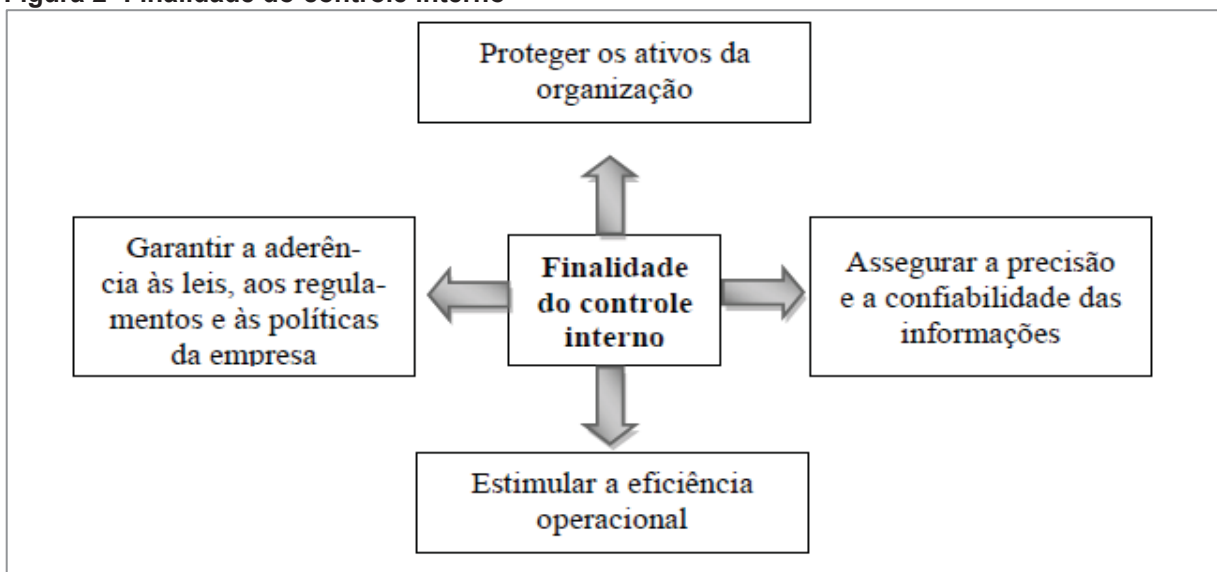


Fonte: Corbari; Macedo (2011, p. 70).

Dessa forma, o controle interno compreende os meios planejados na empresa para conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos (ATTIE, 2018). Nessa perspectiva, destaca-se que o controle é uma ferramenta importante para evitar desperdícios e fornecer dados corretos aos gestores.

Ainda segundo Corbari e Macedo (2011), as finalidades do controle interno em uma organização são demonstradas na Figura 2, abaixo.

Figura 2- Finalidade do controle interno



Fonte: Corbari; Macedo (2011, p. 82).

Complementando, o estímulo à eficiência operacional corresponde à ação praticada nas transações realizadas. A aderência às políticas existentes diz respeito a um sistema de regras estipulado pela sociedade referente ao sentido das atividades e à prática dos princípios, das normas e das funções para atingir determinado resultado (CORBARI; MACEDO, 2011).

2.2.4 Importância do controle interno

A função do controle interno é garantir a confiança da informação contábil, através de um sistema de prevenção e de detecção dos riscos ou das fraudes.

O termo risco é proveniente da palavra *risicu* ou *riscu*, em latim, que significa ousar (to dare, em inglês). Costuma se entender “risco” como possibilidade de “algo não dar certo”, mas seu conceito atual envolve a quantificação e qualificação da incerteza, tanto no que diz respeito às “perdas” como aos “ganhos”, com relação ao rumo dos acontecimentos planejados, seja por indivíduos, seja por organizações; risco é inerente a qualquer atividade na vida pessoal, profissional ou nas organizações, e pode envolver perdas, bem como oportunidades [...]. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009, s/p).

Assim, em conformidade com Assi (2019, p. 35), é importante considerar que os controles internos devem assegurar que todas as atividades da organização sejam praticadas de acordo com as leis e os regulamentos, bem como com as políticas e os procedimentos da própria empresa, pois, nesses objetivos, pode-se enquadrar três funções de suma importância: auditoria interna, riscos e normas.

Na visão de Almeida (2019, p. 52),

o auditor está interessado em valores significativos, referentes a erros ou irregularidades, que afetam as demonstrações financeiras, podendo conduzir os leitores a terem um entendimento errôneo sobre estas demonstrações. Um bom sistema de controle interno funciona como uma “peneira” na detecção desses erros ou irregularidades. Portanto, o auditor pode reduzir o volume de testes de auditoria na hipótese de a empresa ter um sistema de controle interno forte; caso contrário, o auditor deve aumentá-lo.

Os sistemas devem, sempre que possível, reunir, comunicar e interpretar informações referentes às atividades da empresa e aos possíveis riscos. A qualidade dos sistemas de informação gerencial é um fator importante no processo de gestão de riscos, porque os níveis de exposição a riscos devem ser informados aos gestores

que supervisionam as áreas de atividades, mas não são diretamente responsáveis por elas (ASSI, 2019, p. 39).

O mesmo autor ainda esclarece que a forma dos sistemas pode variar, pois acredita-se que cada empresa deve identificar a melhor maneira de obter as informações confiáveis e verídicas, uma vez que são de suma importância na tomada de decisões pela alta administração.

2.2.5 Princípios fundamentais dos controles contábeis

Os princípios fundamentais dos controles contábeis são os seguintes, conforme Crepaldi (2019, p. 277), responsabilidade, rotinas internas, acesso aos ativos, segregação de funções, confronto dos ativos com os registros, amarração do sistema, custos do controle versus benefícios e limitações do controle interno.

Para que os controles tenham eficácia, é fundamental que sigam alguns princípios básicos. Segundo Almeida (2019, p. 54), os princípios fundamentais dos controles contábeis são:

a) Responsabilidade

As atribuições dos funcionários devem ser definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante estabelecimento de manuais internos da organização. As razões para se definir as atribuições são assegurar que todos os procedimentos de controle sejam executados, detectar erros e irregularidades e apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa. Alguns exemplos de tarefas para as quais precisam ser definidos os empregados responsáveis:

- Aprovação de aquisição de bens e serviços.
- Execução do processo de aquisição (cotação de preços, seleção do fornecedor e formalização da compra).
- Certificação do recebimento de bens ou prestação de serviço.
- Habilitação do documento fiscal do fornecedor para pagamento (confronto da nota fiscal do fornecedor com contrato, ordem de compra, etc.).
- Programação financeira do pagamento.
- Guarda de talonários de cheques em branco.
- Preenchimento dos cheques para pagamentos.
- Assinatura de cheques.

- Pagamento ao fornecedor.
- Aprovação da venda.
- Preparo da nota fiscal de venda, fatura e duplicata.
- Controle de cobrança de vendas a prazo.
- Programação financeira do recebimento.
- Recebimento de numerário.
- Preparo do recibo de depósito.
- Depósito do numerário em banco.
- Controle dos registros de empregados.

b) Rotinas Internas

A empresa deve definir, no manual de organização, todas as suas rotinas internas, que compreendem:

- Formulários internos e externos: requisição de aquisição de material ou serviços, formulário da cotação de preços, mapa de licitação, ordem de compra, aviso de recebimento de material, pedido de vendas, adiantamento para viagem e relatório de prestação de contas de adiantamento para viagens.
- Instruções para o preenchimento e destinações dos formulários internos e externos.
- Evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (carimbos, assinaturas, etc.).
- Procedimentos internos dos diversos setores da empresa: compras no país e no exterior, contas a pagar, programação financeira, caixa, controle de faturamento, créditos e cobrança, vendas, fiscal, almoxarifado, controladoria.

c) Acesso aos ativos

A empresa deve limitar o acesso dos funcionários a seus ativos, estabelecendo controles físicos sobre esses. Os ativos da empresa correspondem ao manuseio de numerário recebido, à emissão de cheque, ao manuseio de cheques assinados e envelopes com dinheiro de salários, à custódia de ativos, etc.

Os controles físicos sobre os ativos podem ser vários, como local fechado para o caixa, títulos guardados no cofre, fábrica totalmente fechada e, ademais, bolsas e

carros devem ser revistados. O acesso aos ativos pode ser de forma direta ou indireta, por meio de autorização para sua movimentação.

d) Segregação de funções

Estabelece que uma mesma pessoa não deve ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno. Um exemplo dessa eficiência é o caso de um funcionário ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, pois o mesmo poderia desviar fisicamente o ativo e baixá-lo contabilmente para despesa, o que ocultaria permanentemente a transação.

e) Confronto dos ativos com os registros

A empresa deve estabelecer procedimentos de forma que os seus ativos sejam, periodicamente, confrontados com os registros da contabilidade. O objetivo deste confronto é detectar desfalque de bens ou até mesmo o registro inadequado dos ativos. Alguns exemplos desse confronto são a contagem física de caixa e a comparação com o saldo da razão, as conciliações bancárias, o inventário físico de bens do estoque e o ativo imobilizado, etc.

Se a empresa não adotar o procedimento de comparar os ativos com os registros contábeis, existe a possibilidade de o funcionário apoderar-se indevidamente do ativo, sem que seja descoberto. O procedimento de controle deve ser efetuado por funcionários que não tem acesso aos ativos.

f) Amarrações do sistema

O sistema de controle interno deve ser aplicado de maneira que registre apenas as transações autorizadas, com seus valores corretos e dentro do período de competência.

Esse fator exige providências, como:

- Conferência independente do registro das transações contábeis: transporte dos valores e dos documentos para os registros iniciais, transporte dos valores dos registros iniciais para os registros intermediários, transporte dos valores dos registros finais para a razão geral e soma da razão geral e dos registros iniciais.
- Conferência dos cálculos: cálculos da valorização das quantidades de estoques transferidas ou baixadas, cálculos das depreciações, cálculos

das provisões, cálculos de atualização de dívidas em moeda estrangeira e cálculos de elaboração das notas fiscais de vendas.

- Conferência da classificação contábil de todos os registros finais, estabelecimento de controles sequenciais sobre compras contabilizadas na época devida e rotinas internas de controle determinadas de modo que uma área controle a outra.

g) Auditoria interna

O objetivo da auditoria interna é verificar se as normas internas estão sendo seguidas e avaliar a necessidade de novas normas internas ou a modificação das já existentes. Não adianta a empresa implantar um bom sistema de controle interno sem que se verifique, regularmente, se os funcionários estão cumprindo o que foi estabelecido.

h) Custos do controle x benefícios

O custo do controle interno não deve ser maior do que os benefícios provenientes dele. Controles internos mais rigorosos devem ser estabelecidos para transações de valores relevantes, enquanto controles menos rígidos devem ser implantados para operações menos importantes. Exemplos de procedimentos que poderiam ser estabelecidos para o setor de compras são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Exemplo de procedimentos

VALOR	PROCEDIMENTOS
Até um salário – mínimo	Não necessita de licitação.
De 2 a 10 salários – mínimos	Licitação por telefone com, no mínimo, dois fornecedores.
Acima de 11 salários – mínimos	Licitação por meio de formulário próprio com, no mínimo, três fornecedores.

Fonte: Almeida (2019, p. 49).

i) Limitações do controle interno

Em razão disso, o auditor deve executar procedimentos mínimos de auditoria, mesmo que a empresa tenha um excelente sistema de controle interno. De acordo com a NBT T 16.8, complementando o conceito de Crepaldi (2019), o controle interno é classificado nas seguintes categorias: operacional, que são as ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade; contábil, que está relacionado à veracidade dos

registros e das demonstrações contábeis; e normativo, que está relacionado à observância da regulamentação pertinente.

De acordo com Attie (2018, p. 243), os controles contábeis compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos estão diretamente relacionados com o objetivo principal de proteger o patrimônio e a autenticidade dos registros contábeis. Normalmente, incluem os seguintes controles: sistema de autorização e aprovação, separação das funções de escrituração e elaboração de relatórios contábeis, bem como controles físicos sobre estes valores.

2.3 CONTAS A RECEBER

2.3.1 Aspectos contábeis contas a receber

O controle de contas a receber é um dos controles internos mais importantes da área financeira de uma empresa, pois se refere às atividades relacionadas às vendas realizadas a prazo e, conseqüentemente, lançadas na conta duplicatas a receber.

As contas a receber “representam direitos adquiridos por vendas a prazo de bens ou serviços relacionados com o objetivo social da empresa” (ALMEIDA, 2019, p. 171). Ademais, conforme Crepaldi (2019, p. 397), “as contas a receber representam compromissos assumidos pelos clientes (compradores) de pagar alguma coisa e, assim sendo, apresentam aspectos subjetivos, não existentes no Caixa e Bancos”.

Na visão de Attie (2018, p. 419):

1. As entidades realizam operações de venda de suas mercadorias, produtos ou serviços. Quando essas vendas são efetuadas para posterior recebimento, ou seja, a prazo, geram para a entidade um direito. Esse é registrado no ativo como contas a receber. Portanto, as contas a receber referem-se aos direitos de que a entidade é titular, decorrente dos eventos econômicos de venda a prazo de mercadorias, produtos e serviços relativos ao seu objeto social.
2. Normalmente, as vendas são registradas no momento que ocorre a transferência de propriedades da mercadoria ou, ainda, no momento da emissão de nota fiscal ou documento equivalente, desde que esse último procedimento seja consistentemente aplicado e que a defasagem entre a data de emissão do documento fiscal e o da entrega da mercadoria seja pequena. Em algumas situações, contudo, isso não é possível, como nos casos de serviços executados ou materiais já entregues aguardando montagem, e que ainda serão faturados.

Segundo Almeida (2019, p. 172), se uma empresa é produtora de tintas, as contas a receber provenientes de vendas de tintas a prazo são classificadas nesse grupo de contas. Além disso, as seguintes transações são classificadas também como contas a receber:

- a) adiantamentos (férias, viagens, 13º salário, etc.) e empréstimos a empregados, administradores, acionistas e empresas controladas e coligadas;
- b) impostos a recuperar (ICMS e IPI);
- c) conta retificadora (provisão para devedores duvidosos), etc. (ALMEIDA, 2019, p. 172).

No entanto, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, as contas a receber serão avaliadas pelo valor líquido realizável, que significa o valor que se espera que se transforme em dinheiro. Porém, é de grande importância para a empresa constituir uma provisão para devedores duvidosos, pois, em muitos casos, na venda de bens ou de serviços a prazo, a organização parte do pressuposto de que o cliente vai pagar a dívida, entretanto, por uma série de fatores, ocorre que alguns clientes não pagam (ALMEIDA, 2019, p. 173).

2.3.2 Objetivo da auditoria nas contas a receber

Os três principais pontos que o auditor deve cobrir na auditoria dos valores a receber, segundo Almeida (2019, p. 171), são a existência, a avaliação e a classificação. A auditoria assume um papel importante no setor de contas a receber. Conforme Attie (2018, p. 419), a auditoria nas contas a receber tem a finalidade de

- a) determinar sua existência e representatividade contra os devedores envolvidos;
- b) determinar se é de propriedade da empresa;
- c) determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade;
- d) determinar a existência de restrições de uso, de vinculações em garantia ou de contingências;
- e) determinar que está corretamente classificada no balanço patrimonial e que as divulgações aplicáveis foram expostas por notas explicativas.

Para Crepaldi (2019, p. 397), os procedimentos de auditoria usados no exame de contas a receber podem ser classificados da seguinte maneira: “coleta e exame de evidências externas; exame de evidências internas da firma; procedimentos analíticos

referentes a saldos de contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

O setor de contas a receber é o responsável pela administração da conta clientes a receber, do ativo da empresa. Conforme o Senac RS, é de suma importância, pois possibilita benefícios para os gestores financeiros, entre eles

- conhecer clientes que pagam em dia;
- conhecer o montante a receber em um determinado período, possibilitando comprometer estes valores em algum compromisso financeiro da empresa;
- ajuda a programar cobranças;
- conhecer o perfil de cada um dos seus clientes e saber quais são os responsáveis pela maior parte do faturamento. (SENACRS, 2021, s/p).

De acordo com Crepaldi (2019, p. 397), na auditoria de contas a pagar, alguns pontos da evidência externa são mais relevantes, como:

Confirmação: um dos mais importantes procedimentos de auditoria relacionados a contas a receber é a confirmação direta do débito com o devedor. O auditor pode usar um pedido de confirmação positivo ou negativo.

- O positivo pede ao devedor que responda se a informação constante do pedido é correta ou incorreta. Se for incorreta, ele, o devedor, deverá apontar o erro.
- O negativo é para solicitar ao devedor que responda apenas se a informação está errada (CREPALDI, 2019, p. 397).

O auditor escolhe as contas para confirmação e supervisiona a elaboração dos pedidos de confirmação, podendo utilizar o computador para programar a seleção de contas segundo alguns requisitos, como o prazo de vencimento, as atividades e o tamanho.

Quando os clientes não concordam com os dados fornecidos no pedido de confirmação e chamam a atenção do auditor, inicia-se uma averiguação cuidadosa. Quando acontece de o exame dos registros do cliente revelar erros acerca da conta, o erro deve ser esclarecido, fazendo-se os ajustes necessários.

a) Evidência interna: o auditor deve reunir e examinar evidências internas da empresa. Os procedimentos aplicados para essa parte da auditoria são testes dos registros contábeis e exame da documentação hábil. Nesse exame, deve ser testada a exatidão dos registros contábeis utilizados para escrituração de vendas em conta, recebimentos de Caixa e baixa de contas incobráveis. Os documentos que

fundamentam transações devem ser examinados e comparados com os registros contábeis.

b) Procedimentos analíticos: o auditor pode se certificar a respeito de contas a receber, aplicando alguns procedimentos analíticos. Um deles consiste em analisar os saldos de contas a receber pelo vencimento, o que pode ser feito pelo cliente e conferido pelo auditor e fornece dados sobre o vencimento de contas a receber.

Cada conta é classificada segundo a idade, numa coluna destinada a esse fim, na análise. Na conclusão, os totais das colunas mostram o vencimento relativo das contas, ajudando o auditor a determinar a possibilidade de serem realizadas na cobrança, uma vez que as vencidas mais antigas, ou uma tendência para a existência dessas, normalmente, são indícios de pouca possibilidade de realização. Esse dado relaciona-se diretamente com a avaliação que o auditor faz da adequação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Este último é um ponto de crucial importância, se se quer apresentar fidedignamente às contas a receber nas demonstrações financeiras. Podem-se utilizar outros dados para determinar se é adequada a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e, entre eles, contam-se:

- antecedentes de percentagens dos saldos a receber, expressos pela Provisão;
- tendências da incidência de dívidas duvidosas;
- alterações na política de concessão de crédito;
- cálculos de movimentação de contas a receber; e
- condições econômicas vigentes no momento (CREPALDI, 2019, p. 397).

2.4 CONTAS A PAGAR

2.4.1 Aspectos contábeis contas a pagar

As contas a pagar representam fontes de recursos de terceiros contra os ativos da empresa (ALMEIDA, 2019). Sucintamente, as contas a pagar correspondem às obrigações da empresa com terceiros, sendo através de compra de mercadoria ou de prestação de serviços.

Na visão de Crepaldi (2019, p. 451), as obrigações da empresa compreendem os seguintes grupos de contas: “empréstimos a pagar, fornecedores de mercadorias, impostos a recolher, salários a pagar, outras obrigações, provisões”.

A partir dessas considerações, a Estrutura Conceitual Básica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela CVM, pela deliberação nº 539, de 14 de março de 2008, afirma que

uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por mercadorias e serviços recebidos. Obrigações surgem também de práticas usuais de negócios, usos e costumes e o desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira equitativa. Se, por exemplo, uma entidade decide, por uma questão de política mercadológica ou de imagem, retificar defeitos em seus produtos, mesmo quando tais defeitos tenham se tornado conhecidos depois que expirou o período da garantia, as importâncias que espera gastar com os produtos já vendidos constituem-se passivos. (COMISSÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, 2021, s/p)

As obrigações são classificadas no balanço patrimonial e nos grupos do passivo circulante ou passivo não circulante. No passivo circulante, são registradas as obrigações que irão vencer em até um ano ou no próximo exercício. No passivo não circulante, são contabilizadas as dívidas que irão vencer depois de um ano (ALMEIDA, 2019).

Ainda na visão de Almeida (2019), todas as contas não pagas devem ser registradas no passivo. Caso essas dívidas tenham cláusulas de correção de juros, elas devem ser atualizadas para a data-base do levantamento das demonstrações financeiras e, caso possuam encargos financeiros, devem ser ajustadas a seu valor presente.

2.4.2 Objetivo da auditoria nas contas a pagar

Na visão de Attie (2018), a auditoria das contas a pagar tem o objetivo de determinar se os passivos são pertencentes à empresa, se foram utilizados os princípios da contabilidade, se há a existência de ativos dados em garantia, e, se estão sendo corretamente classificados no balanço patrimonial, bem como se estão expostos nas notas explicativas.

Crepaldi (2019) afirma que o auditor independente deve considerar os procedimentos mínimos na realização de um exame, de acordo com as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas, pedidos de indenização ou questões tributárias e assegurar-se de sua adequada contabilização e divulgação nas demonstrações contábeis examinadas.

Conforme a NBC T 19.7, as provisões podem ser diferentes de outros passivos, como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência, porque

há incerteza sobre o prazo ou o valor necessário para a sua quitação. Os passivos derivados de apropriações por competência são passivos a pagar por bens ou serviços fornecidos ou recebidos, que não tenham sido pagos, faturados ou acordados com o fornecedor (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, serão apresentados os métodos utilizados na elaboração do presente trabalho, com o objetivo de proporcionar uma visão clara dos passos desenvolvidos pelo autor do trabalho. A metodologia tem como objetivo demonstrar a forma e as técnicas que foram utilizadas na pesquisa e o método utilizado para que se formasse o conhecimento científico (OLIVEIRA, 2011).

A metodologia é o estudo dos métodos e tem como objetivo analisar as características de vários métodos indispensáveis. A metodologia é considerada uma forma de conduzir a pesquisa ou um conjunto de regras para o ensino de ciência e arte, ou seja, é a explicação detalhada e exata de toda ação desenvolvida no trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, dos instrumentos utilizados, do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e do tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa (WIKIPÉDIA, 2021).

A pesquisa científica não se encaixa em moldes rígidos e alguns objetivos são descrever, explicar e condicionar processos. Ademais,

a pesquisa científica é a atividade criadora complexa e que, por isso, não se enquadra em moldes rígidos. Tem por finalidade descrever, elucidar, explicar, prever e condicionar os processos de seu âmbito. Tem por finalidade descrever, elucidar, explicar, prever e condicionar os processos de seu âmbito. Os enunciados científicos distanciam-se dos não científicos porque têm a possibilidade de serem confirmados positivamente pela experiência. Assim, haverá sempre, em algum lugar, na relação entre o sujeito e o mundo, a presença do fato, enquanto forma positiva de confirmar um enunciado (PEREIRA, 2019, p. 35).

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DE PESQUISA

O presente estudo demonstra de que forma os controles internos devem ser aplicados e utilizados para que uma decisão assertiva seja tomada. Conforme Andrade e Martins (2010, p. 72), “escolhido o tema, torna-se necessário delimitá-lo, fixar sua extensão ou abrangência e profundidade. Quanto mais delimitado um assunto, maior é a possibilidade de aprofundar a abordagem”.

O processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a sua limitação geográfica e espacial, com vistas na realização da pesquisa. Muitas vezes, as verbas disponíveis determinam uma limitação maior do que

o desejado pelo coordenador, mas, se se pretende um trabalho científico, é preferível o aprofundamento e tensão (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 201).

Quanto à espécie, a pesquisa realizada pode ser classificada como uma pesquisa de diagnóstico, já que se tinha por objetivo efetivar uma análise crítica dos processos de controle interno, bem como dos métodos utilizados.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2009), a pesquisa descritiva observa, analisa e registra fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Desse modo, esse método de pesquisa envolve uma questão especial, visto que observa fatos que podem ocorrer tanto em um comportamento individual quanto em toda a corporação.

Köche (2012) afirma que por meio da pesquisa descritiva é realizado um estudo entre duas ou mais variáveis de determinados fatos, porém não há a manipulação das variáveis pelo pesquisador. Para Andrade e Martins (2010), a pesquisa descritiva é realizada através da observação e da utilização de questionários, com a finalidade de obtenção da coleta de dados e da observação sistemática.

Assim, realizou-se uma pesquisa descritiva com a finalidade de descrever os procedimentos realizados pela empresa em seus controles internos de contas a receber e a pagar.

Este estudo baseia-se na pesquisa quantitativa, pois tem como foco quantificar os dados que já existem na empresa e, geralmente, aplicar alguma forma de análise estatística (MALHOTRA, 2012, p. 111). A estratégia utilizada é a enquete, sendo aplicado um questionário formal com apresentação de questões pré-determinadas.

Na visão de Rodrigues (2015, p. 95), a pesquisa quantitativa

[...] procura quantificar os dados. Ela busca uma evidência conclusiva, que toma por base amostras grandes e representativas e, de alguma forma, aplica análise estatística. As descobertas da pesquisa quantitativa podem ser tratadas como conclusivas e utilizadas para recomendar um curso de ação final.

Quanto aos procedimentos técnicos, o presente estudo enquadra-se como um estudo de caso, pelo fato de aprofundar-se no objeto fim que será uma empresa de vestuário, desenvolvendo, portanto, um conhecimento significativo sobre os dados ali analisados. “Estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que represente seu universo buscando examinar aspectos variados de sua vida” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2009, p. 67). Assim, o estudo de

caso busca averiguar acontecimentos do decorrer do tempo de existência da organização.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

No que se refere ao presente estudo, o universo da pesquisa é uma indústria e comércio, que atua no setor de vestuário, localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, na cidade de Guaporé. A empresa de pequeno porte tem seu regime de tributação abrangido pelo simples nacional, contando com, aproximadamente, 43 funcionários.

Ademais, ressalta-se que a empresa pediu sigilo sobre sua identidade, permitindo apenas revelar as informações contidas no presente trabalho, o qual busca avaliar os processos de controle interno no setor de contas a pagar e a receber, através de informações disponibilizadas e da entrevista realizada com os gestores dos setores em questão.

Segundo Malhotra (2012, p. 270), a amostragem é um subgrupo de uma população, selecionada para participação no estudo, em que se utilizam características amostrais e estatísticas para efetuar inferências sobre os parâmetros populacionais.

Conforme Matias-Pereira (2019) população e amostra são informações que envolvem o universo a ser estudado, a extensão da amostra e a forma como será selecionada. “População (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano (MATIAS-PEREIRA, 2019, p. 93)”.

Para Marconi e Lakatos (2012, p. 2), na amostragem probabilística, a característica principal é poder ser submetida a tratamento estatístico, o que permite compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e a significância da amostra. Ainda segundo os autores, entende-se que amostra seja uma pequena parte selecionada da população e pode-se dizer que

o universo ou população de uma pesquisa depende do assunto a ser investigado, e a amostra, porção ou parcela do universo, que realmente será submetida à verificação, é obtida ou determinada por uma técnica específica de amostragem. Há duas grandes divisões no processo de amostragem

(determinação da amostra a ser pesquisada): a probabilística e a não probabilística (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 27).

De acordo com Malhotra (2012, p. 274), as amostras não probabilísticas podem oferecer boas estimativas das características da população, mas não permitem uma avaliação objetiva da precisão dos resultados amostrais.

3.3 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado no estudo foi a pesquisa documental, a observação e a entrevista.

Conforme Gil (2018, p. 29), a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da história e da economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, pois, nas duas modalidades, utilizam-se dados já existentes, no entanto a pesquisa documental vale-se de todos os documentos elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc. Assim, recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização.

Na visão de Matias-Pereira (2019, p. 88), “a pesquisa documental tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana”. Desse modo, “a consulta a fontes documentais é indispensável em qualquer estudo de caso”. Essa pode ser considerada a técnica de coleta de dados mais utilizada em estudos de caso (GIL, 2018, p. 109).

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa documental, observação e entrevista, com o intuito de utilizar os dados coletados para as possíveis verificações nos aspectos contábeis e nos principais procedimentos de controle interno utilizados nos setores de contas a receber e a pagar da empresa analisada.

Segundo Rudio (2011, p. 122-123), obtidos os dados, o pesquisador terá diante de si um amontoado de respostas, que precisam ser ordenadas e organizadas, para que possam ser analisadas e interpretadas. Nesse sentido, deve-se organizar e classificar os dados de forma que atendam aos objetivos do estudo.

Desse modo, foram analisadas as informações obtidas por meio da entrevista aplicada aos gestores dos respectivos setores e através do confronto com o referencial teórico e, principalmente, com as normas de auditoria, bem como com os

princípios dos controles contábeis. Em síntese, buscou-se verificar a adequação e o alinhamento dos controles financeiros internos dos setores de contas a pagar e a receber da empresa.

3.4 QUESTÕES NORTEADORAS/ PLANO DE COLETAS DE DADOS

Neste estudo, pode-se considerar como sendo as principais categorias de análise, a auditoria dos controles financeiros internos de contas a pagar e a receber. Os princípios fundamentais dos controles contábeis, conforme Crepaldi (2019, p. 277), são responsabilidade, rotinas internas, acesso aos ativos, segregação de funções, confronto dos ativos com os registros, amarração do sistema, custos do controle versus benefícios e limitações do controle interno.

Complementando, o controle interno é fundamental para o funcionamento de uma empresa e não é um procedimento que pode ser usado esporadicamente.

Não podemos definir somente como um procedimento ou uma política a qual executamos de tempos em tempos, mas deve funcionar continuamente em todos os níveis dentro de uma organização e sempre que possível ser revisada e atualizada, e este processo é de suma importância, e deverá ser executado pela área de Compliance e de Auditoria Interna (ASSI, 2019, p. 34).

O controle de contas a receber é um dos controles internos mais importantes da área financeira de uma empresa. Refere-se às atividades relacionadas a vendas realizadas a prazo e, conseqüentemente, lançadas na conta duplicatas a receber. As contas a receber “representam direitos adquiridos por vendas a prazo de bens ou serviços relacionados com o objetivo social da empresa” (ALMEIDA, 2019, p. 171).

A seguir, demonstra-se a entrevista de pesquisa, elaborada pela autora do trabalho com base no questionário de Almeida (2019).

Entrevista contas a receber:

1. É realizado um estudo para concessão do crédito ao cliente antes de ser processada a venda a prazo?
2. As informações nas notas fiscais são conferidas de forma a reduzir a possibilidade de ocorrência de erros?
3. As notas fiscais são emitidas por ocasião da venda?

4. Uma cópia das notas fiscais é enviada para a contabilidade?
5. Os controles atuais asseguram que sejam tomadas providências para as contas a receber em atraso?
6. Os controles existentes garantem que os recebimentos de vendas a prazo sejam imediatamente depositados na conta corrente bancária da empresa?
7. Existem controles adequados sobre as vendas à vista?
8. Os recebimentos das contas a receber são efetuados diretamente na conta caixa/bancos?
9. Os recebimentos das contas a receber são retidos por alguns dias antes da efetiva baixa?
10. São realizadas conciliações periódicas das contas a receber com a contabilidade?
11. O responsável pelas contas a receber também é responsável pela conciliação bancária?
12. Existe conferência de relatório de clientes devedores, por prazo e valor?
13. São realizados avisos antes do vencimento, bem como cobranças após o vencimento?
14. Existe algum incentivo para clientes que pagam em dia?
15. É realizada reconciliação dos recebimentos após o fechamento do mês?

Por conseguinte, apresenta-se o questionário adaptado do estudo de Marcelo Cavalcanti Almeida (2019).

As contas a pagar representam fontes de recursos de terceiros contra os ativos da empresa (Almeida, 2019). Sucintamente, as contas a pagar correspondem às obrigações da empresa com terceiros, através de compra de mercadoria ou de prestação de serviços. Na visão de Crepaldi (2019, p. 451), as obrigações da empresa compreendem os seguintes grupos de contas: empréstimos a pagar, fornecedores de mercadorias, impostos a recolher, salários a pagar, provisões.

Em seguida, apresenta-se a entrevista inicialmente elaborada para a extração de informações dos gestores dos setores de contas a pagar e a receber da empresa Alfa Ltda.

Entrevista contas a pagar

1. É dada evidência no verso da nota fiscal de que o bem foi recebido ou de que o serviço foi prestado?
2. Existe um setor de contas a pagar, cujo objetivo é habilitar notas fiscais para pagamento?
3. Há revisão e autorização dos pagamentos?
4. As baixas de duplicatas a pagar são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?
5. As baixas no sistema são realizadas pelo mesmo profissional que efetuou o pagamento?
6. Há controle de pagamentos para evitar atrasos?
7. Há políticas para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?
8. Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização?
9. Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?
10. Existe tratativa adequada para reembolso de valores pagos em duplicidade?
11. O responsável pelas contas a pagar também é responsável pela conciliação contábil?
12. Há realização de conciliações periódicas das contas a pagar com a contabilidade?
13. Os pagamentos pessoais do administrador são realizados pelo caixa da empresa?
14. Existe algum controle de fluxo de caixa?
15. É realizada reconciliação dos pagamentos após o fechamento do mês?

Outrossim, também tem-se a entrevista de contas a receber e a pagar modificada, sendo um pré-teste aplicado a um gestor não relacionado na pesquisa original, tratado aqui como gestor teste, ao qual foi solicitada uma análise criteriosa das questões abordadas na pesquisa, para que ele opinasse e apontasse os pontos primordiais que, em sua opinião, não poderiam faltar para elucidar a forma como são feitos os controles internos.

Assim, as questões reformuladas foram abordadas em numeração subsequente e com as alterações sugeridas pelo gestor teste.

Entrevista contas a receber modificada

1. Quais os procedimentos estudados para a concessão do crédito ao cliente antes de ser aprovada a venda a prazo?

Nesta questão, sugeriu-se que fosse modificada a parte inicial para que desse a oportunidade ao gestor a ser entrevistado de explicar quais os meios estudados para a concessão de crédito, excluindo a possibilidade de resposta sim ou não.

2. As informações nas notas fiscais são conferidas de forma a reduzir a possibilidade de ocorrência de erros?

A sugestão referente a este questionamento foi a sua exclusão, já que, na visão do entrevistado, o financeiro contas a receber não seria responsável pela conferência das informações das notas.

3. As notas fiscais são emitidas por ocasião da venda?

Sem sugestão.

4. Há integração do sistema financeiro/faturamento para envio das notas fiscais à contabilidade? Se sim, como funciona?

Foi sugerida a reformulação da pergunta, já que, para que haja esse envio de notas para a contabilidade, é necessária a integração entre o financeiro e o faturamento.

5. Quais procedimentos são usados para assegurar que sejam tomadas providências para as contas a receber em atraso?

Sugeriu-se a reformulação da questão, a fim de que o gestor entrevistado possa responder de forma mais elaborada.

6. Os controles existentes garantem que os recebimentos de vendas a prazo sejam imediatamente depositados na conta corrente bancária da empresa?

Na visão do analisador teste, a questão de número 6 não tem sentido, levando em conta que a venda a prazo, como o nome já menciona, não tem pagamento imediato para que o valor seja pago no ato.

7. Quais são as formas de recebimento utilizadas nas vendas à vista?

Sugestão de reformulação, a fim de que o gestor exponha todas as formas utilizadas nas vendas à vista.

8. Há conciliação diária de valores recebidos? Os mesmos são confrontados com os extratos bancários?

Reformular a questão. A sugestão é verificar se há conciliação dos valores recebidos e se os mesmos são confrontados com o extrato bancário diariamente.

9. Os recebimentos das contas a receber são retidos por alguns dias antes da efetiva baixa?

Na visão do analisador teste, as questões 9 e 10 não deveriam ser colocadas no questionário, pois não existe possibilidade de reter os recebimentos antes da efetiva baixa.

10. São realizadas conciliações periódicas das contas a receber com a contabilidade?

A questão de número 10 também deveria ser retirada, já que o sistema financeiro é conciliado pela conciliação financeira e o contábil pelo contábil, a menos que os sistemas sejam integrados, o que é difícil de acontecer.

11. A empresa possui colaboradores responsáveis para cada tarefa ou é feita a junção de funções, por exemplo, o responsável pelas contas a receber também é o responsável pela conciliação bancária?

Reformular a questão.

12. Qual o procedimento adotado pela empresa em relação aos clientes com débitos vencidos?

Perguntar quais são os procedimentos adotados na situação de débitos vencidos.

13. Quais as formas de cobrança desses débitos?

Sugestão: a questão 13 complementa a questão 12.

14. A empresa possui algum desconto/bônus por antecipação de parcela?

Quais são eles?

Reformular a pergunta e acrescentar quais são os descontos/bônus disponibilizados.

15. Se a empresa possui sistema integrado, quais são as formas de evitar a reconciliação das contas a receber?

Reformular a questão para melhor entendimento do gestor a ser entrevistado.

Entrevista contas a pagar modificada

1. É feita a validação das notas fiscais com os sistemas responsáveis antes do pagamento?

A sugestão foi reformular esta questão, pois o setor responsável pela conferência de prestação de serviço ou aquisição do bem não é o setor de contas a pagar.

2. Existe um setor de contas a pagar, cujo objetivo é habilitar notas fiscais para pagamento?

Na opinião do analisador teste, o setor de contas a pagar não é responsável pela validação das notas fiscais, portanto ele sugeriu retirar a questão.

3. A empresa possui regras para a realização dos pagamentos diários? É necessária a aprovação do supervisor para realizar os mesmos?

Reformulação da questão para extrair mais dados do gestor entrevistado.

4. Todas as contas a pagar pela empresa possuem nota fiscal ou contrato que comprovem os valores?

Reformulação da questão para extrair mais dados do gestor entrevistado.

5. A empresa possui colaboradores responsáveis para cada tarefa ou é feita a junção de funções, por exemplo, o responsável pelo setor de contas a pagar também é o responsável pela conciliação bancária?

Reformular a questão.

6. Quais são os procedimentos adotados pela empresa para evitar atrasos nos pagamentos?

Reformular a questão para que o gestor possa exemplificar os métodos utilizados para evitar atraso.

7. Quais os métodos adotados para tratar de duplicatas a pagar, vencidas e não pagas?

Reformular a questão para que o gestor exemplifique quais são os métodos adotados pela empresa nesse caso.

8. Nos procedimentos da empresa, pode haver inclusão de pagamentos sem autorização prévia? Se sim, justifique a situação.

Reformular para melhor entendimento da questão.

9. Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?

Essa questão não seria usada pelo analisador teste.

10. Existe tratativa adequada para reembolso de valores pagos em duplicidade?

Essa questão não seria usada pelo analisador teste.

11. O responsável pelas contas a pagar também é responsável pela conciliação contábil?

Reformulação da questão para que o gestor entrevistado possa responder de forma mais elaborada.

12. Como é feito o tratamento das saídas de retiradas de lucros e pró-labore do sistema?

A questão deve ser trocada para: Como é feito o tratamento das saídas de retirada de lucros e pró-labore do sistema?

13. Os pagamentos pessoais do administrador são realizados pelo caixa da empresa?

Na opinião do analisador teste, essa questão geraria, praticamente, a mesma resposta da questão de número 12, então não usaria.

14. A empresa possui fluxo de caixa e fluxo de caixa projetado?

Reformular e acrescentar o fluxo de caixa projetado.

15. Se a empresa possui sistema integrado, quais são as formas de evitar a reconciliação das contas a pagar?

Reformular a questão para melhor entendimento do gestor a ser entrevistado.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Conforme Matias-Pereira (2019, p. 95), nesta fase, ocorrerá a interpretação e a análise dos dados tabulados e organizados anteriormente. A análise deve ser feita para atender aos objetivos da pesquisa, bem como para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar as hipóteses ou pressupostos da pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 137), a interpretação dos dados corresponde à parte mais importante do relatório. Na interpretação, são transcritos os resultados, sob a forma de evidências, para a confirmação ou a refutação das hipóteses. Estas se dão segundo a relevância dos dados demonstrados, ou seja,

quando os dados são irrelevantes, inconclusivos e insuficientes não se pode nem confirmar nem refutar a hipótese.

Na visão de Gil (2018, p. 110),

ao contrário de outros delineamentos já considerados, a análise e interpretação é um processo que nos estudos de caso se dá simultaneamente à sua coleta. A rigor, a análise se inicia com a primeira entrevista, a primeira observação e a primeira leitura de um documento.

Diante disso, após a coleta, as informações foram organizadas e interpretadas, a fim de responder ao problema de pesquisa em questão, ou seja, se a forma como o sistema de controle financeiro interno de contas a pagar e de contas a receber está sendo aplicado corretamente e se está gerando informações confiáveis para o processo de tomada de decisão dos gestores da organização. Ademais, buscou-se verificar se o controle está de acordo com as normas de auditoria, para, a partir das respostas, propor possíveis melhorias para o controle da empresa analisada.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta etapa do estudo tem o objetivo de evidenciar os dados coletados na empresa através da entrevista aplicada. Objetiva-se destacar as principais características do controle interno do setor de contas a pagar e de contas a receber e analisar a necessidade de implantação de melhorias, de acordo com as normas de auditoria.

4.1 AMBIENTE ORGANIZACIONAL

A empresa Alfa Ltda está localizada na cidade de Guaporé/RS, na Serra Gaúcha, distante cerca de 220 km da capital do estado, Porto Alegre. O empreendimento foi fundado no ano de 2009 e, no início, resumia-se a uma pequena confecção familiar que contava com apenas quatro costureiras.

Em 2012, a empresa mudou para sua sede atual que, hoje, conta com mais de 900 metros quadrados. Com isso, gradativamente, sua equipe foi aumentando e, conseqüentemente, sua capacidade produtiva se expandindo, bem como seu mix de produtos. Entre os produtos, a moda praia, que é o forte da empresa, as lingerie, as cintas modeladoras e as leggings, entre outros.

No ano de 2017, a empresa, mais uma vez, expandiu sua variedade de mercadorias com a fabricação de novos produtos. Em abril de 2019, a empresa Alfa deu mais um passo em sua caminhada, mudando sua loja para o centro da cidade, a qual conta com mais espaço físico e possibilita ter todos seus produtos acessíveis ao consumidor final.

É importante destacar que se trata de uma empresa comprometida, com responsabilidade ambiental e social, uma vez que investe na reciclagem dos resíduos gerados nos processos de produção. Somado a isso, busca fornecedores que também demonstram preocupação com o meio ambiente.

Atualmente, a empresa conta com 43 funcionários diretos, que fazem uma produção média de 500 produtos, entre os três segmentos: lingerie, moda praia e jeans. A pedido da empresa, por privacidade, não foram autorizadas reproduções de fotos da sede, bem como dos produtos disponíveis.

MISSÃO:

A empresa tem como missão destacar-se no mercado pela qualidade de seus produtos e pela inovação, prezando, sempre, pela excelência na fabricação das peças, bem como no atendimento.

VISÃO:

Em 2022, a empresa Alfa dará mais um passo com o lançamento da sua loja virtual, tornando-se, assim, multicanal de atendimento e oferecendo um site completo para melhor atender seus clientes.

4.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA APLICADA NAS CONTAS A RECEBER

Para fazer a avaliação sobre os controles internos do setor de contas a receber da empresa analisada, foram observadas 10 questões (Apêndice A).

Conforme Mattos (2017), o controle interno pode ser definido como um plano organizacional. Por meio de métodos e medidas para proteger os ativos da empresa, podem ser identificadas fraudes, erros, omissões e outras operações anormais que podem causar perdas para a empresa. Por outro lado, se o sistema de controles internos estiver devidamente estruturado, pode proporcionar segurança operacional à empresa de forma a transmitir a confiabilidade do ambiente aos públicos interno e externo.

Analisando as 10 questões aplicadas ao gestor do setor de contas a receber, pôde-se verificar que a empresa de pequeno porte utiliza métodos simplificados para a condução de seus negócios, seguindo alguns dos princípios fundamentais dos controles contábeis, conforme observa-se a seguir.

A questão 1 da entrevista refere-se aos procedimentos estudados para a concessão do crédito ao cliente antes de ser aprovada a venda a prazo. O responsável pelo setor de contas a receber afirmou que a empresa possui procedimentos para a concessão de crédito e que tais procedimentos são corretamente seguidos. Porém, o mesmo responsável não confirmou a existência de limites de crédito pré-determinados.

Na questão de número 2, indagou-se se as informações disponibilizadas nas notas fiscais são conferidas de forma a reduzir a possibilidade de ocorrência de erros. Tal informação foi confirmada pela empresa e o entrevistado também afirmou que são

verificadas informações como valor dos produtos, data da emissão da nota fiscal e data de pagamento.

A questão de número 3 a ser relatada na presente análise trata da integração do sistema financeiro/faturamento para envio das notas fiscais à contabilidade. A empresa confirmou a integração e detalhou que todas as notas fiscais recebidas pelo setor financeiro são confrontadas com o setor de faturamento e é destinada uma cópia ao setor contábil.

A questão 4 revela que a empresa possui rotinas quanto à sua cobrança de contas a receber em atraso, pois são realizadas cobranças semanais das contas a receber em atraso. Normalmente, as vendas a prazo são feitas via boleto bancário e, quando o cliente atrasa a cobrança, é feita pelo boleto atualizado. Em casos em que as dívidas se prolongam, esses boletos acabam indo a cartório e o recebimento é feito através de negociações com os clientes, para que sejam quitados em parcelas. Não raro, solicita-se que as peças que o cliente ainda possui sejam devolvidas e, em último caso, quando não há possibilidade desta última, os valores são passados para o advogado efetuar a cobrança. Pode-se constatar que a empresa segue os princípios das Rotinas Internas, conforme prega Almeida (2019, p. 54), isto é, a empresa deve definir, no manual de organização, todas as suas rotinas internas.

A próxima questão, de número 5, trata das formas de recebimento utilizadas nas vendas à vista. O gestor informou que as principais formas de recebimento são depósito bancário, pix e o recebimento em espécie diretamente na loja e registrado no caixa.

Observando a questão de número 6, relacionada com a conciliação periódica de valores recebidos, constata-se que a conciliação é realizada periodicamente. Quando o pagamento é efetuado na conta da empresa, é emitido um extrato quase que diário e confrontado com os recebíveis da data e essa informação salienta que está sendo obedecido o princípio de Amarrações de sistema. Conforme Almeida (2019, p. 57), as rotinas internas de controle devem ser determinadas de modo que uma área controle a outra, por exemplo, em um sistema de compras e de pagamentos.

Em relação à questão 7, verifica-se que os funcionários do setor de contas a receber exercem somente a função relacionada ao recebimento, à negociação e à cobrança de clientes, porém, em situações atípicas, prestam suporte a outros setores da empresa. Percebe-se, portanto, que a empresa está seguindo o princípio de Rotinas Internas, pois, conforme Almeida (2019, p. 56), a segregação de funções

consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, visto que essas funções são incompatíveis dentro do sistema de controle interno.

As questões de número 8 e 9 tratam das relações com os clientes que possuem débitos vencidos e as formas de cobrança desses débitos. O responsável pelo setor da empresa afirmou que, se o cliente deseja fazer novas compras a prazo, enquanto estiver com débitos em aberto, será feita uma análise antes da aprovação da venda, levando em consideração o tempo em que o cliente negocia com a empresa e o valor que está em aberto com relação a todo o volume de compra realizado. Diante dessas respostas, o setor de faturamento e o setor financeiro decidem se será liberado crédito total, parcial ou se não será liberado crédito. Já, as cobranças são realizadas via e-mail, telefone ou Whatsapp.

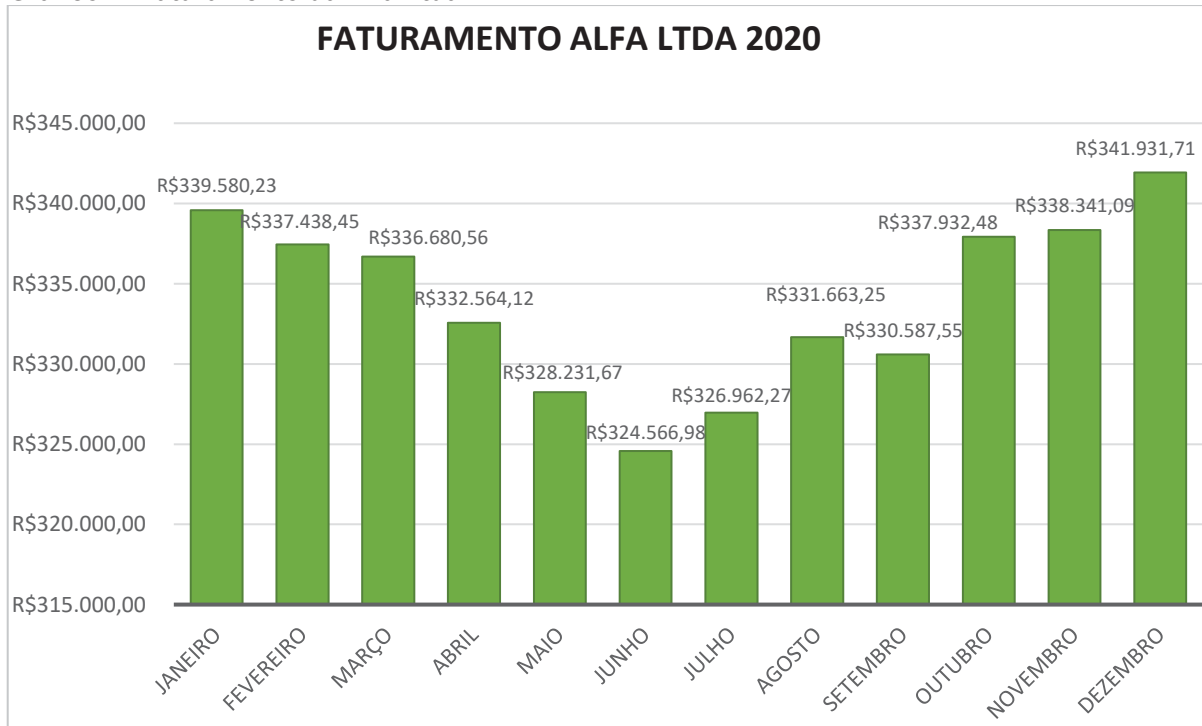
No que se refere à antecipação de pagamentos por parte dos clientes, o gestor relata, na questão 10, que os clientes não pagam seus títulos antecipadamente e, justamente por isso, não são concedidos descontos, nem bônus pelo pagamento antecipado.

4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CONTAS A RECEBER

Nesta seção, são abordados alguns dados a fim de demonstrar a real situação da empresa estudada no setor de contas a receber.

Para analisar a empresa em relação à sua inadimplência, é preciso, primeiramente, analisar o seu faturamento. O Gráfico 1, a seguir, apresenta as vendas realizadas pela empresa no período de janeiro a dezembro de 2020.

Gráfico 1- Faturamento da Alfa Ltda



Fonte: Dados liberados pela empresa (2020).

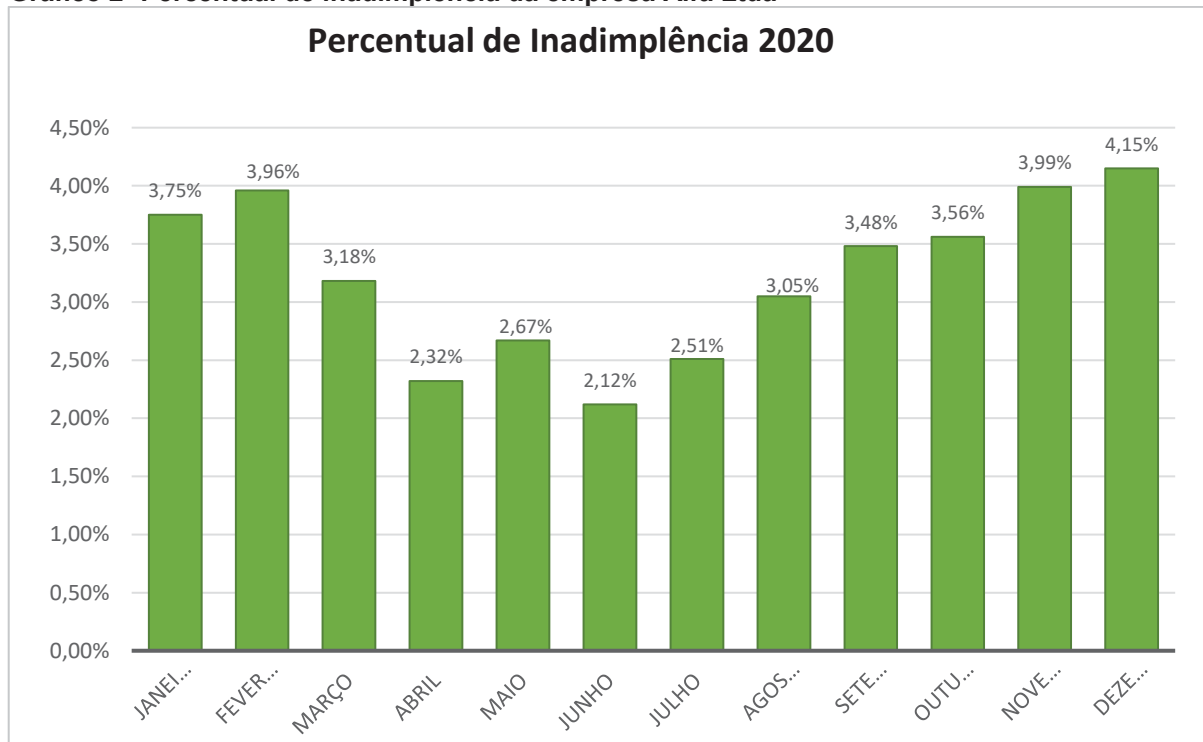
Pode-se verificar, a partir do Gráfico 1, que a empresa em questão não possui um faturamento estável, uma vez que apresenta um aumento significativo das vendas nos meses de clima quente. Em janeiro, um dos meses em que, geralmente, a empresa apresenta os melhores resultados, o faturamento foi de R\$ 339.580,23. Em fevereiro, esse número diminuiu cerca de R\$ 2.141,78, visto que a empresa faturou R\$ 337.438,45. Em março, o índice de vendas ainda teve queda e a empresa faturou R\$ 336.680,56. Em abril, em virtude da estação, houve mais uma queda e o faturamento foi de R\$ 332.564,12.

Ademais, constatou-se que, em maio, as vendas tiveram uma queda um tanto significativa, com um faturamento de R\$ 328.231,67. Em junho, ainda com faturamento em queda, o valor arrecadado foi de R\$ 324.566,98. A partir de junho, o faturamento foi oscilando, com um valor arrecadado de R\$ 326.962,27 em julho e R\$ 331.663,25 em agosto. Nos meses seguintes, como previsto pela empresa, o faturamento apresentou crescimento, devido às altas temperaturas. Assim, no mês de setembro, o faturamento foi de R\$ 330.587,55, cerca de R\$ 1.075,70 a menos que no mês de agosto. Porém, em outubro, o faturamento começou a crescer, totalizando uma diferença de R\$ 7.344,93 em relação a setembro, com faturamento de R\$

337.932,48. Nos meses de novembro e dezembro, o faturamento seguiu em alta, sendo, respectivamente, de R\$ 338.341,09 e de R\$ 341.931,71.

O Gráfico 2, a seguir, apresenta o percentual mensal de inadimplência da empresa.

Gráfico 2- Percentual de inadimplência da empresa Alfa Ltda



Fonte: Dados liberados pela empresa (2020).

Pode-se observar, analisando o gráfico acima, que a inadimplência, assim como o faturamento mensal, é inconstante. Em janeiro, a empresa apresentou 3,75% de inadimplência e, em fevereiro, quando seu faturamento diminuiu, a inadimplência cresceu para 3,96%. Em março, o faturamento da empresa também teve uma pequena queda positiva, pois seus clientes devedores diminuíram para 3,18%. Em abril, em virtude da temperatura mais fria, o faturamento da empresa teve uma queda significativa, porém a inadimplência diminuiu para 2,32%. Em maio, o faturamento se manteve abaixo das épocas de veraneio, contudo a inadimplência cresceu para 2,67%.

Em junho, mais uma vez, a inadimplência diminuiu, fechando em 2,12%, ou seja, o índice de inadimplência mais baixo se comparado aos outros meses. Em julho e agosto, na medida em que o faturamento foi aumentando, o percentual de devedores da empresa continuou oscilando entre 2,51% e 3,05% nos meses de julho e agosto

respectivamente. Em setembro, o percentual de inadimplência cresceu cerca de 0,43% em relação a agosto, ficando em 3,48% e, em outubro, a empresa apresentou 3,56 de percentual de não pagadores. Nos meses de novembro e dezembro, a inadimplência subiu para 3,99% e 4,15% respectivamente, acompanhando o fluxo de crescimento das vendas.

De acordo com os dados apresentados acima, pode-se verificar que a empresa não possui controle de inadimplência. Constatou-se ainda que a inadimplência não apresenta uma regularidade se comparada com o faturamento, variando significativamente, na maioria das vezes, independentemente das vendas.

4.4 ANÁLISE SUBJETIVA DAS CONTAS A PAGAR

Para a formação de opinião sobre o controle interno da área de contas a pagar da empresa em estudo, foram analisadas 10 questões, as quais estão disponíveis no Apêndice B. A partir do questionário, constatou-se que a empresa utiliza, em mais de um setor, alguns dos Princípios Fundamentais dos Controles Contábeis, conforme relatado a seguir.

Na questão 1 e 2, a empresa afirma que, desde o início das atividades, existe validação das compras e das notas fiscais com os sistemas responsáveis, garantindo mais segurança, e somente compras entregues são liberadas para pagamento, evitando, assim, pagamentos indevidos. Constatou-se que a empresa obedece ao princípio de Rotinas Internas, pois, na visão de Almeida (2019), a empresa deve definir, no manual de organização, todas as suas rotinas internas.

A questão 3 aborda as regras para a realização dos pagamentos diários bem como a necessidade de aprovação do supervisor para a realização dos mesmos. O gestor confirmou que existe controle dos pagamentos a serem realizados através de relatórios gerados pelo sistema, conferidos diariamente, além da conferência dos comprovantes de pagamento. Isso mostra que a empresa estudada possui controles internos para que não ocorram gastos desnecessários e irrelevantes para suas atividades, uma vez que seu gestor supervisiona todas as notas fiscais a pagar e pagas pelo financeiro.

Na questão 4, o gestor relatou que todas as contas a pagar pela empresa possuem nota fiscal ou contrato que as comprovem. Na questão de número 5, o entrevistado afirmou que a empresa possui colaboradores atuando somente no setor

de contas a pagar. Desse modo, restringe e protege seus ativos, evitando possíveis fraudes e está em concordância com o princípio de Acesso aos Ativos, visto que, na visão de Almeida (2019), a empresa deve limitar o acesso dos funcionários a seus ativos, estabelecendo controles físicos sobre eles.

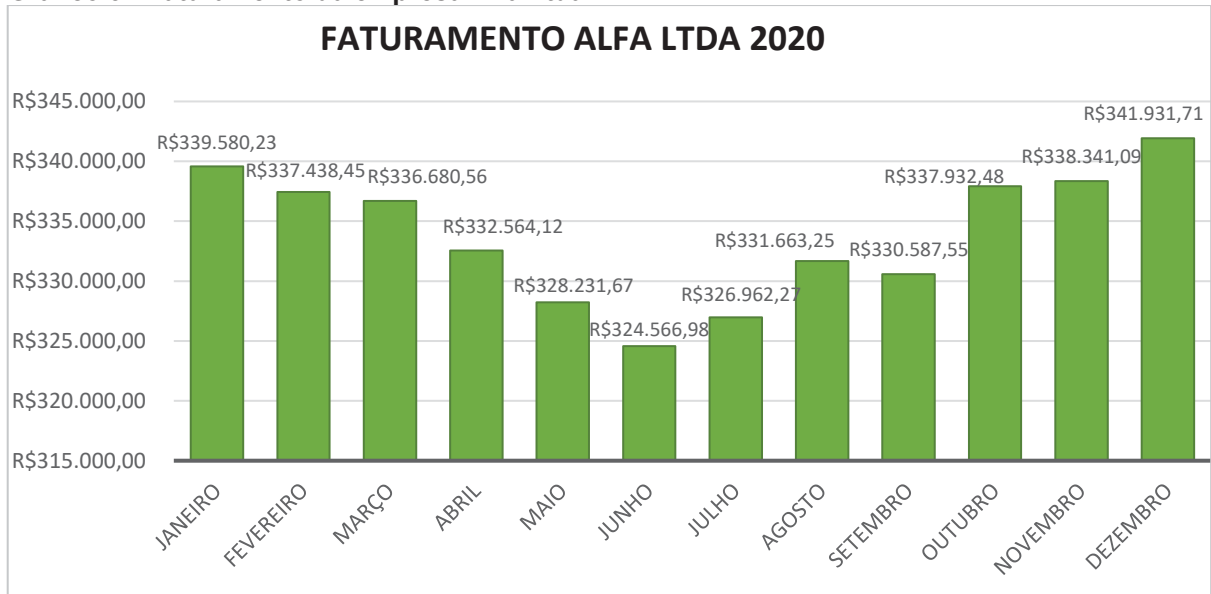
Analisando os controles internos do setor de contas a pagar da empresa, nas questões 6 e 7, pôde-se verificar que, no início da semana, são programados os pagamentos para a semana, de acordo com os lançamentos do sistema. Isso faz com que seja praticamente impossível que documentos sejam pagos fora do prazo, tornando um ponto interessante para esta análise, uma vez que o controle interno utilizado se apresenta eficaz e coerente para as atividades.

A questão de número 8 refere-se à possibilidade de inclusão de pagamentos sem autorização prévia do gestor. A empresa afirma que o gestor faz a conferência dos pagamentos a serem realizados e que o colaborador responsável pelos pagamentos está proibido de tomar tal atitude sem autorização, ficando, portanto, sujeito à advertência pelo não cumprimento das normas estabelecidas previamente. Na questão 9, a empresa relata que as saídas de retirada de lucros, pró-labore, do sistema são realizadas pelo escritório contábil responsável pela escrituração, não passando mais informações a respeito da questão.

Analisando a questão de número 10, pôde-se verificar que a empresa possui rotinas internas organizadas em relação ao seu fluxo de caixa. Desse modo, o fluxo de caixa é emitido todas as segundas-feiras, para a semana seguinte e os pagamentos que, por ventura, chegarem durante a semana serão provisionados somente para a outra semana e, assim, sucessivamente, obedecendo ao princípio das Rotinas Internas, já que, segundo Almeida (2019), a empresa deve definir, no manual de organização, todas as suas rotinas internas.

4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CONTAS A PAGAR

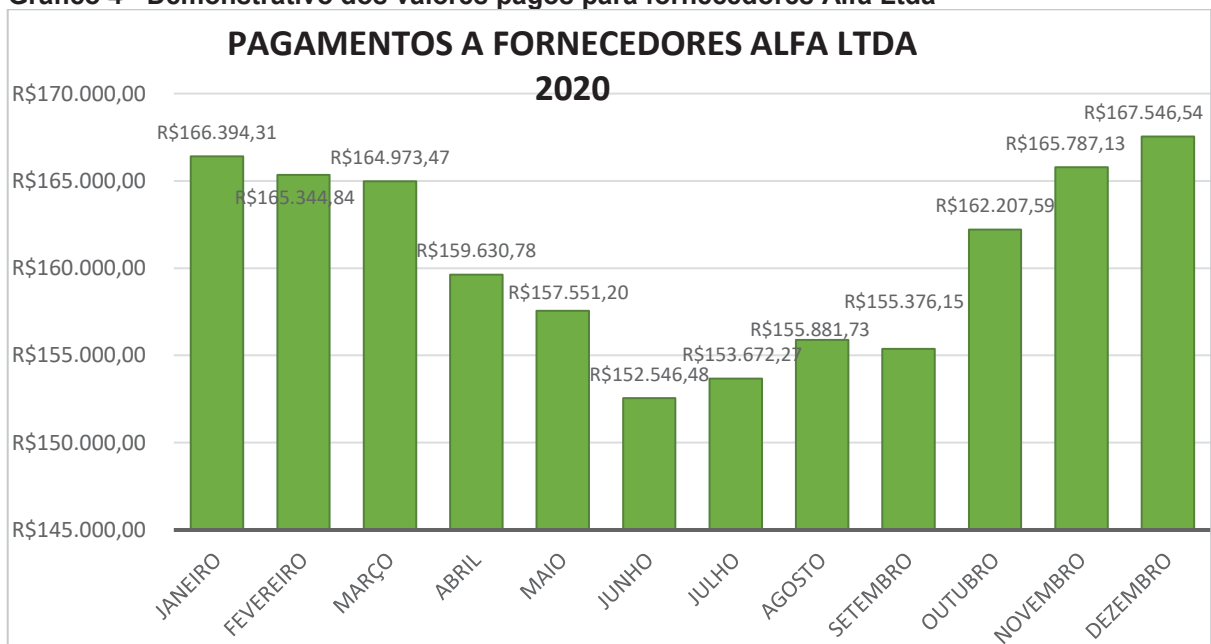
Nesta seção, são abordados alguns dados para demonstrar a real situação da empresa estudada no setor de contas a pagar. Novamente, apresenta-se o faturamento obtido no período de 2020. O Gráfico 3, a seguir, mostra o faturamento apresentado pela empresa de janeiro a dezembro de 2020.

Gráfico 3 - Faturamento da empresa Alfa Ltda

Fonte: Dados Disponibilizados pela empresa (2020)

Conforme exemplificado no setor de contas a receber, é notável que a empresa em questão apresenta um faturamento constante nos meses de estação mais quente. Os valores oscilam mensalmente, porém essa oscilação não compromete o setor de contas a pagar, como se pode notar no gráfico seguinte.

Em relação aos valores pagos pela empresa a seus fornecedores, encontra-se a seguinte situação (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Demonstrativo dos valores pagos para fornecedores Alfa Ltda

Fonte: Dados Disponibilizados pela empresa (2020).

No Gráfico 4, verifica-se que a dívida da empresa em relação aos seus fornecedores é considerada baixa em comparação ao seu faturamento. Os fornecedores da empresa referem-se, principalmente, à aquisição de matéria-prima, tecidos, aviamentos e linhas para a confecção das peças. O faturamento da empresa, em todos os meses, cobre as despesas referentes aos fornecedores. No mês de janeiro, a empresa faturou R\$ 339.580,23 e pagou a fornecedores R\$ 166.394,31. No mês de fevereiro, a empresa faturou R\$ 337.438,45 e teve uma despesa com fornecedores de R\$ 165.344,84. No mês de março, a situação é parecida, pois a empresa vendeu R\$ 336.680,56 e pagou a seus fornecedores um valor de R\$ 164.973,47.

No mês de abril, as vendas caíram para R\$ 332.564,12, mas, mesmo assim, a empresa teve capital para cobrir seus fornecedores, que totalizaram R\$ 159.630,78. Em maio, a empresa, ainda com queda de faturamento, obteve um total de R\$ 328.231,67, pagando nas suas obrigações com fornecedores o valor de R\$ 157.551,20. No mês de junho, mais uma vez, ocorreu um declínio no faturamento, totalizando R\$ 324.566,98, no entanto também reduziu a dívida com os fornecedores, cujo valor ficou em R\$ 152.546,48. Em julho, a empresa aumentou suas vendas para R\$ 326.962,27 e o valor pago aos seus fornecedores, totalizando R\$ 153.672,27.

Em agosto, a empresa obteve mais um aumento em suas vendas, faturando R\$ 331.663,25 e pagou R\$ 155.881,73 para os fornecedores. Em setembro, a empresa faturou R\$ 330.587,55 e diminuiu cerca de R\$ 505,58 de suas despesas com fornecedores, totalizando R\$ 155.376,15. Em outubro, com o aumento no faturamento, houve também aumento nas despesas com fornecedores, fechando em R\$ 162.207,59. No mês de novembro, com o faturamento ainda em alta, correspondente a R\$ 338.341,09, o valor pago a fornecedores foi de R\$ 165.787,13. Dezembro foi o mês de maior volume de faturamento da empresa, que atingiu um montante de R\$ 341.931,71. Consequentemente, foi o mês em que o valor pago aos fornecedores foi mais alto, ficando em torno de R\$ 167.546,54.

4.6 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Nesta seção, são indicadas recomendações e sugestões a serem implementadas na empresa estudada, a fim de melhorar a gestão dos setores analisados.

4.6.1 Contas a receber

De acordo com os resultados da entrevista e das análises realizadas, pôde-se concluir que existem alguns itens que devem ser revistos e implementados no controle interno da empresa, em seu setor de contas a receber, pois alguns necessitam apenas de aperfeiçoamento. A questão 1, por exemplo, refere-se aos procedimentos estudados para a concessão do crédito ao cliente antes de ser aprovada a venda a prazo. O entrevistado afirmou que a empresa não possui um limite de crédito determinado, o que poderia ser implementado, com o intuito de diminuir a inadimplência que se apresenta inconstante em relação ao seu faturamento, segundo as análises efetuadas.

Outro procedimento que pode ser revisado é o procedimento de cobrança de que trata a questão 4. O setor, em primeira instância, cobra o cliente via boleto bancário atualizado. Depois, a cobrança é realizada através de negociação, quando é solicitada ao cliente a devolução das peças que ainda possui e o parcelamento do restante do valor. Em último caso, a cobrança é encaminhada para que seja efetuada pelo advogado. De certa forma, o procedimento adotado pela empresa tem se mostrado eficaz, já que apresenta várias opções para o cliente efetuar o pagamento da dívida, evitando gastos desnecessários, porém a sugestão para essa questão é que a cobrança de valores mais significativos seja repassada diretamente ao advogado da empresa, favorecendo o recebimento antecipado dos débitos.

Nas questões 8 e 9, que tratam das relações com os clientes de débitos vencidos e as formas de cobrança desses débitos, o responsável pelo setor relatou que, se o cliente desejar fazer novas compras a prazo, enquanto estiver com débitos em aberto, será submetido à análise antes da aprovação da venda, levando em consideração o tempo em que o cliente negocia com a empresa e o valor que está em aberto com relação ao volume de compra. Uma vez realizadas as análises, o setor de faturamento e o setor financeiro decidem se será liberado crédito total, parcial ou se o crédito não será liberado. Por sua vez, as cobranças são realizadas via e-mail, por telefone ou por WhatsApp. Nesse caso, o que pode ser implementado é que, quando houver dificuldade de recebimento dos valores devidos, haja o repasse da cobrança para os advogados para que seja feito o acerto de forma legal.

Outro ponto de análise sujeito à recomendação é a questão 10, a qual trata dos benefícios concedidos aos clientes por antecipação dos pagamentos. O entrevistado

afirmou que os clientes não efetuam o pagamento antecipado e, por isso, não são concedidos descontos. No entanto, a fim de obter o recebimento antecipado, a empresa poderia se organizar e estipular descontos especiais para pagamentos efetuados antecipadamente, bem como reforçar a informação do desconto na hora da venda e disponibilizar, no próprio título, o percentual concedido, se o pagamento for efetuado antes da data do vencimento, favorecendo o fluxo de caixa.

Em tese, contata-se que, no setor de contas a receber, é possível implementar alguns ajustes que, se realizados, podem contribuir para um melhor funcionamento dos controles internos da empresa. Todavia, a empresa, de maneira geral, encontra-se realizando os procedimentos certos em relação à condução de seus controles internos.

4.6.2 Contas a pagar

No setor de contas a pagar, existem alguns procedimentos que podem ser melhorados por parte da empresa e alguns que, se implementados, podem gerar melhorias e mais segurança nos controles internos.

O responsável do setor de contas a pagar confirmou, nas questões 1 e 2, que existem manuais de procedimentos na empresa, porém tais manuais nunca foram revisados, sendo seguidos desde o início das atividades. Ressalta-se que é de grande importância que a empresa realize a revisão periódica, a fim de implantar melhorias e agilidade no setor.

Na questão 9, a empresa relata que as saídas de retirada de lucros, pró-labore, do sistema são realizadas pelo escritório contábil responsável pela escrituração, não passando mais detalhes a respeito da questão. Apesar de não serem informados muitos detalhes, por ser uma questão particular da empresa, a sugestão é de que tais lançamentos sejam feitos no sistema financeiro da organização para que nenhuma informação em relação aos sistemas contábeis fique faltando.

A questão 10 é de suma importância para a empresa, pois trata do fluxo de caixa e do fluxo de caixa projetado. A empresa afirma que possui esse controle e que é realizado toda semana pelo gestor responsável do setor. No caso de pagamentos que, por ventura, cheguem durante a semana, ocorre o provisionamento para a outra semana, obedecendo ao princípio de rotinas internas, que é essencial e transmite segurança diante das obrigações a serem realizadas.

Ademais, trata-se de uma questão sujeita à alteração por parte da empresa que, neste caso, poderia implementar uma segregação de funções, designando um encarregado somente para a realização e a elaboração dos fluxos de caixa, a fim de que a mesma pessoa que realiza as conferências e as autorizações dos pagamentos não seja responsável também pelo fluxo de caixa, pois, no caso de ausência do gestor, ou da quantidade expressiva de atribuições, a elaboração do fluxo de caixa pode ficar comprometida.

Conforme constatado anteriormente nos gráficos, a empresa consegue, mensalmente, suprir seus gastos com fornecedores. Porém, seria prudente fazer uma análise rigorosa destes gastos, uma vez que as despesas com fornecedores apresentam valores significativos se comparadas com o faturamento.

Além disso, sugere-se, para a empresa, a realização de um orçamento empresarial de longo prazo, com o intuito de obter o provisionamento de suas despesas a longo prazo, principalmente com fornecedores, garantindo maior segurança para possíveis aumentos relacionados às obrigações com os mesmos.

4.6.3 Limitações

A primeira limitação tem a ver com a dificuldade de encontrar uma empresa disposta a liberar informações pessoais e confiáveis para realizar o estudo de caso. A segunda limitação prende-se à aplicação do instrumento de avaliação, ou seja, como o preenchimento ocorreu durante o tempo de aula, implicando que a entrevista fosse respondida de forma online e não presencialmente, na sede da empresa, as informações disponibilizadas podem ter sofrido alterações em razão da pressão por fornecer uma resposta que fosse socialmente melhor aceita. Ademais, a interpretação da mesma pode ter contribuído para essa limitação.

A terceira limitação tem a ver com a dificuldade de elaborar um questionário adequado e conciso, contudo, com o intuito de obter uma amostra mais significativa, foi utilizada a opinião de um gestor teste, o qual contribuiu grandemente para a formulação da entrevista. Devido a problemas que surgiram em algumas questões, o número da amostra foi consideravelmente diminuído, restando somente as questões necessárias para as informações importantes e presentes na empresa. O caráter exploratório do estudo limitou em termos de revisão de literatura e de comparação de resultados com outros estudos realizados.

4.6.4 Recomendações para trabalhos futuros

Inicialmente, recomenda-se procurar, com antecedência, uma empresa disposta e prestativa em relação à liberação de informações e dados, como faturamento e valores pagos a fornecedores, bem como o percentual de inadimplência do ano de 2020. Além disso, sugere-se também aplicar o instrumento de medida de forma presencial, em visita técnica à sede da empresa, gerando confiabilidade, conhecimento e adesão às medidas sugeridas na mudança, evitando possíveis divergências na interpretação da entrevista.

Por fim, seria interessante verificar se existem, atualmente, na empresa, questionários para verificar a eficácia dos controles internos atuais e, a partir desse questionário, montar questões específicas com base na literatura e nas normas de auditoria, a fim de que a entrevista seja única e exclusiva, considerando o ramo de atividade, a região em que se encontra a empresa e a cultura da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Auditoria é a técnica que consiste em verificar se as demonstrações contábeis estão de acordo com as normas contábeis e a legislação aplicável, gerando confiabilidade aos usuários dos relatórios. As demonstrações contábeis das companhias abertas devem ser submetidas à auditoria por auditores independentes. Este estudo de caso possibilitou analisar a necessidade de obter controles internos nos departamentos de contas a pagar e a receber de uma empresa de vestuário.

Viu-se que os controles internos são analisados e identificados no início do trabalho da auditoria e que através deles é possível identificar falhas, fraudes e deficiências nos processos que possam afetar inclusive a gestão de riscos. Buscou-se verificar a importância de controles eficazes, bem como os procedimentos atuais da empresa para a proposta de adaptação de um sistema de controle interno mais preciso, pois percebeu-se que, na empresa, existem controles formalizados para os setores que foram avaliados neste estudo, necessitando apenas de aprimoramentos e melhorias.

No estudo, foram avaliados os setores de contas a pagar e a receber e, a partir da avaliação, pôde-se compreender os pontos de cada setor avaliado que mais necessitam de mudanças. Ficou claro que o uso de um sistema de controle interno, independente do setor aplicado ou do porte da empresa, é de suma importância para a continuação e para o desenvolvimento dos negócios de qualquer organização que o utilize.

Somado a isso, foram apresentadas algumas propostas de melhorias para a implementação do controle interno na empresa analisada, conforme as necessidades da mesma. Ao apresentar as sugestões, procurou-se desenvolvê-las de forma que não compromettesse, ou seja, que não engessasse o processo produtivo, para que as atividades fossem desenvolvidas naturalmente, juntamente com os controles internos.

Com base nos resultados obtidos, pode-se afirmar que o presente estudo alcançou seu objetivo geral, mostrando ser preciso e confiável. Portanto, estes resultados mostram-se de grande importância para a gestão da empresa estudada, principalmente em relação aos procedimentos analisados (Contas a pagar e Contas a receber). Com as sugestões propostas, as ações ficarão mais organizadas, seguras e eficazes, evitando problemas operacionais após a implantação do controle.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013801/cfi/6/8!/4/2/4@0:0.00>>. Acesso em: 13 abr.2021.

ANDRADE, Maria Margarida; MARTINS, João Alcino de Andrade. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/10!/4/18/8@0:0>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ATTIE, Willian. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017229/cfi/6/2!/4/2@0.00:0>>. Acesso em: 13 abr.2021.

ASSI, Marcos. **Controles internos e cultura organizacional**: como consolidar a confiança na gestão dos negócios. 3. ed. São Paulo: Saint Paul, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580041583/cfi/33!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 200**. Dispõe sobre os objetivos gerais do auditor independente e a condução de uma auditoria em conformidade com as normas de auditoria. 2016. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 265**. Comunicação de deficiências de controle interno. 2009. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1210.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC T 11**. Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis. Resolução CFC 751/1993. 1993. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 610**. Utilização do trabalho de auditoria interna. 2014. Disponível em: <<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC-TA-610-aud.doc>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TI 01**. Auditoria Interna, 28/11/2003. 2003. Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1995/000780>.

Acesso em: 25 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 315**. Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente. 2021. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 700**. Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independentesobre as demonstrações contábeis. 2016. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC T 19.7**. Provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas. 2005. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/99839-aprova-a-nbc-t-19-7-provisoes-passivos-contingencias-passivas-e-contingencias-ativas.html>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 820/97**. Aprova a NBC T 11- Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis com alterações e dá outras providências. 1997. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_820.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE DO CEARA. Auditoria Contábil. 2021. Disponível em: <<https://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/auditoria-contabil/#:~:text=A%20auditoria%20tem%20por%20objetivo,e%20a%20representa%C3%A7%C3%A3o%20desse%20patrim%C3%B4nio>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CONTÁBEIS. **Obrigatoriedade da Auditoria**. 2018. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/forum/auditoria-e-pericia/305768/obrigatoriedade-auditoria/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

COMISSÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 539**. 2021. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CORBARI, Ely Célia; MACEDO, Joel de Jesus. **Controle interno e externo na administração pública**. 1. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

CREPALDI, Silcio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022780/cfi/6/10!/4/2@0:0>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DRS AUDITORES. **Obrigatoriedade de auditoria externa**. 2019. Disponível em: <<https://drsauditores.com.br/obrigatoriedade-de-auditoria-externa/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, Atlas 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/24!/4/80/2/2@0:0>>. Acesso em: 16 maio 2021.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204621/>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. Cidade: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013535/>>. Acesso em: 14 jun. 2021

MATIAS- PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/10!/4/18/8@0:0>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MATTOS, João Guterres. **Auditoria**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595020115>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Martins. et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com respostas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RODRIGUES, Airton. **Pesquisa mercadológica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 38. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

SENACRS. **Gestão de finanças empresariais**. 2021. Disponível em: <https://www.senacrs.com.br/cursos_rede/gestao_de_financas_empresariais/html/contneudo/contasreceber/index.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

WIDIPÉDIA, a Enciclopédia Livre. **Metodologia**. 2021. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia#:~:text=A%20metodologia%20%C3%A9%20o%20estudo,chegar%20a%20um%20determinado%20fim>>. Acesso em: 08 maio 2021.

APÊNDICE A– Entrevista de avaliação do controle interno do setor de contas a receber da empresa Alfa Ltda

ENTREVISTA CONTAS A RECEBER

1. Quais os procedimentos estudados para a concessão do crédito ao cliente antes de ser aprovada a venda a prazo?

Se for a primeira compra do cliente, o primeiro procedimento é realizar a consulta no site do Serasa para verificar se o cliente possui pendências. Se for um cliente que já compra com a empresa há algum tempo, sempre é verificado se não possui débitos com a empresa antes de aprovar uma nova venda a prazo.

2. As informações nas notas fiscais são conferidas de forma a reduzir a possibilidade de ocorrência de erros?

Sim, são conferidas várias informações na nota fiscal, bem como o valor dos produtos, a data da emissão da nota fiscal e a data de pagamento.

3. Há integração do sistema financeiro/ faturamento para envio das notas fiscais à contabilidade? Se sim, como funciona?

Sim, há comunicação entre os setores a fim de conferir se todas as notas recebidas têm cópia destinada à contabilidade, a fim de fazer a escrituração das mesmas.

4. Quais procedimentos são usados para assegurar que sejam tomadas providências para as contas a receber em atraso?

São realizadas cobranças semanais de contas a receber em atraso. Normalmente, as vendas a prazo são feitas via boleto bancário. Quando o cliente atrasa e a gente cobra, na maior parte das vezes, ele pede o boleto atualizado e faz a quitação. Em casos mais raros e que as dívidas se prolongam, esses boletos acabam indo a cartório e, para recebermos, acabamos tendo que fazer negociações com os clientes para eles quitarem em partes e, em último caso, quando não há possibilidade desta última, é solicitado que devolva as peças que ainda possui.

5. Quais as formas de recebimento utilizadas nas vendas à vista?

A mais comum é o depósito à vista, também o PIX recentemente oferecido e o pagamento à vista em espécie, que é recebido na loja e registrado no caixa.

6. Há conciliação diária de valores recebidos? Os mesmos são confrontados com os extratos bancários?

Sim, a conciliação é feita sempre que possível diariamente, mas, em caso de imprevisto, é a cada dois dias, nunca excedendo o prazo de uma semana.

7. A empresa possui colaboradores responsáveis para cada tarefa ou é feita a junção de funções, por exemplo, o responsável pelo contas a receber também é responsável pela conciliação bancária?

Existe um colaborador para cada função, mas, em caso de aumento de serviço, alguns exercem suporte a outras funções.

8. Qual o procedimento adotado pela empresa em relação aos clientes com débitos vencidos?

Se eles quiserem realizar novas compras a prazo, enquanto estiverem com débitos em aberto, será feita toda uma análise antes de aprovar essa venda, levando em consideração o tempo que o cliente compra conosco, o valor que está em aberto com relação a todo o volume de compra dele. Com base nisso, são tomadas as decisões pelo setor de faturamento e financeiro, se será liberado crédito total, parcial ou se não será liberado crédito.

9. Quais as formas de cobrança desses débitos?

As cobranças, normalmente, são realizadas via e-mail, telefone ou WhatsApp. Quando há muita dificuldade de contato, o representante que atende esse cliente é convocado junto aos advogados para que seja feita a cobrança.

10. A empresa possui algum desconto/bônus por antecipação de parcela? Quais são eles?

Não, não são concedidos descontos ao cliente que pagar o boleto antes do vencimento.

APÊNDICE B – Entrevista de avaliação do controle interno do setor de contas a pagar da empresa Alfa Ltda

ENTREVISTA CONTAS A PAGAR

1. É feita a validação das notas fiscais com os sistemas responsáveis antes do pagamento?

Sim, é feita a conferência e a validação com o setor de recebimentos.

2. Existe um setor de contas a pagar, cujo objetivo é habilitar notas fiscais para pagamento?

Sim, no setor de contas a pagar, antes de ser efetuado o pagamento em si, os documentos são conferidos a fim de evitar pagamentos em duplicidade ou que não sejam de responsabilidade da empresa pagar.

3. A empresa possui regras para a realização dos pagamentos diários? É necessária a aprovação do supervisor para realizar os mesmos?

Sim, os pagamentos são efetuados de acordo com os lançamentos que constam no sistema, feitos através das notas fiscais em que consta o vencimento das parcelas. Assim, o sistema gera um relatório diário das contas a pagar naquele dia. Sim, é necessária a aprovação do supervisor para realizar o pagamento.

4. Todas as contas a pagar pela empresa possuem nota fiscal ou contrato que comprovem os valores?

Sim, a maioria possui notas fiscais ou contratos.

5. A empresa possui colaboradores responsáveis para cada tarefa ou é feita a junção de funções, por exemplo, o responsável pelo setor de contas a pagar também é responsável pela conciliação bancária?

Existe um funcionário para cada função, mas o profissional responsável pela conciliação bancária é o mesmo no setor de contas a pagar e a receber.

6. Quais os procedimentos adotados pela empresa para evitar atrasos nos pagamentos?

Toda segunda-feira é feita uma programação de pagamentos para a semana, de acordo com as notas lançadas no sistema.

7. Quais os métodos adotados para tratar duplicatas a pagar vencidas e não pagas?

Complementando a questão de número 6, temos um controle sobre as contas a pagar. A intenção é pagar tudo dentro do prazo, sendo que, se alguma duplicata ficar em aberto, é por algum erro ou algo do tipo.

8. Nos procedimentos da empresa pode haver inclusão de pagamentos sem autorização prévia? Se sim, justifique a situação.

Não, todos os pagamentos são devidamente aprovados e autorizados previamente.

9. Como é feito o tratamento das saídas de retirada de lucros, pró-labore, do sistema?

Esse controle é feito pelo escritório contábil em que a empresa faz a escrituração.

10. A empresa possui fluxo de caixa e fluxo de caixa projetado?

Sim, possuímos esse controle, a fim de assegurar que teremos dinheiro para pagar as contas diárias e futuras. O profissional responsável pelo fluxo de caixa faz a projeção em cima de relatórios extraídos do sistema toda segunda-feira para a semana seguinte e os pagamentos que, por ventura, chegarem durante a semana são provisionados para a próxima semana e, assim, sucessivamente, obedecendo ao princípio das Rotinas Internas, pois, segundo Almeida (2019), a empresa deve definir, no manual de organização, todas as suas rotinas internas.